



Resenha *MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE* – Ano 20 – nº 79 – junho 2010

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – www.csem.org.br

Trabalhadores migrantes: indispensáveis, mas sem direitos

EDITORIAL	2
ITALIANO	3
Unioncamere: circa 10 mila imprese "straniere" in più nel 2009	3
Servono schiavi e schiave, è il motto del lavoro stagionale sulla costa romagnola	4
“Gli immigrati rubano il lavoro e non pagano le tasse? Falso”	5
Poco lavoro, imprese fragili: per i lavoratori stranieri “rischio dumping sociale”	6
Crisi, 20mila stranieri potrebbero tornare a casa. I contributi restano all’Inps.....	7
Aumentare gli ingressi di lavoratori stranieri, prevedere rinnovi per gli stagionali	7
Sindacati e immigrati, non solo contrattazione	8
PORTUGUÊS	10
1º de maio: trabalhadores manifestam descontentamento com políticas de Obama	10
OIT lança estudo sobre trabalhadores migrantes.....	11
Recessão faz pouco para reduzir imigração mundial	12
Emigração portuguesa está mais qualificada	13
Pobres não são estúpidos ao migrarem para as cidades.....	15
Cerca de 30 mil bolivianos são escravizados no Brasil.....	17
ENGLISH	17
Inquiry uncovers mistreatment and exploitation of migrant and agency workers.....	17
ILO study focuses new attention on adopting a “rights-based approach”	19
The Rights Of Undocumented Immigrant Workers Injured On The Job	20
Vulnerable workers, vulnerable brands: migrants in the supply chain.....	21
Amnesty International: Widespread Abuse of Migrant Workers a ‘Human Rights Crisis’	23
Study touts long-term advantages of foreign workers	23
The immigration brain drain	24
ESPAÑOL	25
La crisis económica no produce un éxodo de trabajadores inmigrantes.....	25
OIT pretende mejorar situación de trabajadores domésticos.....	26
HRW denuncia los abusos contra las empleadas de hogar inmigrantes	27
La fuga norteamericana de cerebros	28
Grandes marcas se aprovechan de inmigrantes bolivianos en Argentina	28
Los trabajadores migrantes, mano de obra de “usar y tirar” en Corea del Sur	29
“Nos tratan como esclavos en Canadá” denuncian trabajadores mexicanos	30
CCOO edita guía de seguridad laboral para inmigrantes, los más vulnerables	31

EDITORIAL

Nas últimas décadas cresceu o interesse dos países do Norte do mundo – aqueles economicamente mais ricos – em atrair trabalhadores estrangeiros a fim de preencher carências de mão-de-obra em setores da economia. O envelhecimento demográfico, a baixa natalidade e a rejeição de determinados empregos por parte dos trabalhadores nacionais obrigaram, de fato, muitos países a “importar” estrangeiros, a fim de sustentar o crescimento econômico.

No entanto, por vezes, muitos trabalhadores imigrantes não *assumem o lugar dos autóctones*, no sentido que a esses estrangeiros não são outorgados os mesmos direitos que aos demais trabalhadores. A igualdade de tratamento entre mão-de-obra imigrante e nacional é frequentemente desrespeitada. Há situações, inclusive, em que trabalhadores migrantes são reduzidos à condição análoga à escravidão.

Assim, apesar de contribuir amplamente para o desenvolvimento econômico tanto dos países emissores quanto daqueles receptores, muitos migrantes, conforme um recente relatório da OIT, “*no disfrutan de un trabajo decente, sino que reciben saláridos bajos, soportan entornos de trabajo peligrosos, el impago de los sueldos y la ausencia virtual de protección social, se les deniega el derecho de libertad sindical y de asociación y otros derechos laborales, y sufren discriminación y xenofobia*” (cf. *International labour migration. A rights-based approach. Resumen ejecutivo*).

Entre os grupos mais vulneráveis, cabe destacar a situação das mulheres, dos(as) trabalhadores(as) domésticos, das crianças, dos migrantes em situação irregular, das vítimas de tráfico de pessoas e dos trabalhadores temporários. O supracitado relatório da OIT põe ênfase também na questão das segunda e terceira gerações que sofrem discriminações trabalhistas, sobretudo na Europa e na América do Norte. Uma pesquisa realizada pela OIT denuncia “*una falta grave de imparcialidad contra los candidatos pertenecientes a minorías en los países europeos investigados: los candidatos nativos o de la mayoría fueron seleccionados en lugar de los candidatos con las mismas calificaciones pertenecientes a minorías en nada menos que nueve casos de cada diez*” (*ibidem*).

Outros estudos recentes abordam as violações dos direitos de trabalhadores (as) domésticos (as) migrantes. Assim, por exemplo, um relatório de Human Watch Rights (*Slow Reform: Protection of Migrant Domestic Workers in Asia and the Middle East*, 2010) reconhece que, apesar dos esforços de vários países, em geral, as reformas legislativas têm sido muito lentas em relação à gravidade das violações a que são submetidos os trabalhadores domésticos. As queixas mais comuns incluem salários baixos ou não pagos, excesso de horas de trabalho, falta de tempo para descanso, isolamento em casas particulares, diferentes formas de abuso e confinamento forçado no local de trabalho.

Muito grave é também a situação dos trabalhadores em situação migratória irregular, que, por medo da detenção e deportação, não podem reivindicar salários justos, pedir indenizações em caso de acidente no trabalho, afiliar-se a sindicatos ou denunciar qualquer outra forma de violência sofrida.

Como responder a estes desafios? Antes de tudo, é fundamental uma mudança na orientação básica das políticas migratórias, que não podem ser interpretadas apenas numa ótica preventiva de segurança nacional ou, então, como mera importação de “instrumentos de trabalho”. É mister ter uma abordagem abrangente sobre o fenômeno, levando em conta tanto os interesses econômicos nacionais quanto a promoção dos direitos humanos dos estrangeiros.

De forma específica, é importante que as políticas migratórias possibilitem um ingresso regular a um maior número de pessoas, sobretudo trabalhadores não-qualificados. Cabe lembrar, como sustenta Giorgio Pighi, que a maioria dos migrantes vive em situação irregular “contra a própria vontade” (*loro malgrado*): trata-se, na maioria dos casos, de honestos trabalhadores, perfeitamente identificáveis, que vivem em situação irregular unicamente pela rigidez do sistema legislativo e jurídico. Por que, então, transformar em um problema policial uma questão que poderia ser perfeitamente resolvida mediante leis imigratórias menos rígidas?

Além disso, na perspectiva da livre circulação de trabalhadores migrantes – que deveria ser parte inerente à liberalização pregada pela globalização neoliberal – é fundamental garantir a cada

trabalhador estrangeiro a oportunidade de “oferecer” o próprio trabalho, de se deixar conhecer para ser contratado; ou então, de ter acesso fácil a informações acerca de empresas que estão procurando mão-de-obra. Caso contrário, a única alternativa será o ingresso ou a permanência irregulares. Nesta perspectiva, deve ser avaliado positivamente o esforço de criar regimes de livre circulação de trabalhadores em áreas que já possuem uma integração econômica e comercial, como no caso do MERCOSUL.

Finalmente, cabe frisar que, diante dos numerosos abusos contra os trabalhadores migrantes, não é suficiente a elaboração e implementação de leis e políticas que respeitam os direitos humanos: é necessário criar instrumentos eficazes de fiscalização, sobretudo no que diz respeito aos trabalhadores domésticos e rurais, que, por diferentes razões, padecem de uma maior invisibilidade.

Uma verdadeira coesão social – com todos os benéficos que comporta - só será possível se os trabalhadores migrantes puderem exercer suas profissões sem discriminação e abusos.

ITALIANO

Unioncamere: circa 10 mila imprese "straniere" in più nel 2009

Nonostante la crisi del momento, crescono le imprese individuali di imprenditori immigrati nati fuori dall'Ue: 37.645 quelle nate nel 2009. Sono 251 mila le imprese d'immigrati, il 4,5% in più rispetto al 2008 quando la crescita fu però di circa il 7% con oltre 15 mila imprese in più.

Nonostante la crisi, nel 2009 il numero di imprese individuali di imprenditori immigrati nati fuori dai confini dell'Unione europea ha fatto registrare un aumento, anche se contenuto rispetto al 2008. È quanto riporta il Rapporto Unioncamere 2010 presentato il 6 maggio scorso a Roma. “Nel 2009 – si legge nel rapporto - sono state 37.645 le imprese individuali aperte da persone nate al di fuori dei confini dell'Unione europea”. Rispetto all'anno precedente, il totale delle imprese individuali gestite da titolari immigrati da paesi non appartenenti all'Ue è aumentato di poco più di 10 mila unità, raggiungendo il valore di 251 mila imprese, il 4,5% in più rispetto al 2008, quando la crescita fu però di circa il 7% con oltre 15 mila imprese in più. “Anche nel mezzo della crisi – spiega il Rapporto - la vitalità dell'imprenditoria immigrata appare dunque piuttosto sostenuta, sebbene le difficoltà del momento si facciano sentire su entrambi i versanti della dinamica demografica: rispetto al 2009, infatti, si osserva un certo rallentamento delle iscrizioni e, al contempo, un forte incremento delle cessazioni. Di conseguenza, anche il saldo 2009, pur restando attivo, evidenzia un ridimensionamento rispetto all'anno precedente”.

È la Lombardia a presentare la concentrazione maggiore dell'imprenditoria immigrata, con poco meno di 46 mila imprese, il 18,3% di quelle avente titolare immigrato, ma il rapporto spiega anche che nel 2008 tale percentuale era il 18,6%. Tuttavia è la Toscana la regione che ospita il numero più elevato di imprese con titolare straniero in proporzione al

numero di imprese individuali residenti: quasi 27 mila su oltre 220 mila, il 12%, contro l'11,4% del 2008. Il primato provinciale, e non è una novità, va a Prato dove tali imprese rappresentano il 32% di tutte le imprese individuali presenti sul territorio. Tra le nuove iscrizioni nei registri delle Camere di Commercio, inoltre, nel 2009 è la Cina a conquistare il primato. Sono 7.327 quelle registrate nel 2009, quasi mille in più rispetto al 2008. Seguono i nati in Marocco con oltre 6.700 nuovi titolari e 900 in più rispetto all'anno precedente, e in Albania, con oltre 4.300 imprenditori. Tre Paesi che complessivamente rappresentano quasi il 50% delle nuove iscrizioni. A livello complessivo, però, è il Marocco il paese di provenienza per la maggior parte degli imprenditori stranieri extra Ue sul territorio italiano: ad oggi sono 48 mila imprese individuali. Segue la Cina, con poco più di 34 mila e l'Albania con oltre 27 mila.

Le attività “predilette” dagli imprenditori immigrati per il 2009 sono quelle legate al commercio con circa 108 mila aziende rilevate a fine 2009, pari al 43% di tutte quelle con imprenditori stranieri nati al di fuori dell'Ue. Segue il comparto delle costruzioni, con oltre 68 mila imprese. Seguono le attività manifatturiere che rappresentano invece il 10% del totale delle imprese individuali con titolare extra Ue. Anche se con numeri più contenuti, crescono i servizi alle imprese e i servizi di alloggio e ristorazione. Significativo inoltre il contributo delle donne immigrate all'espansione della base imprenditoriale femminile nel 2009. “Supera le 49

mila unità, alla fine del 2009, lo stock di imprese femminili individuali guidate da donne immigrate, il 6,4% in più del 2008”. Un dato che, ad esclusione del Friuli-Venezia Giulia, appare col segno positivo in tutte le regioni italiane.

Fonte:

http://www.iltamburo.it/index.php?option=com_content&view=article&catid=38:cultura-societa-cat-ita&id=2353:unioncamere-circa-10-mila-imprese-gstraniereq-in-piu-nel-2009&Itemid=150 - 10.05.2010

Servono schiavi e schiave, è il motto del lavoro stagionale sulla costa romagnola

Da due anni è attivo un servizio di orientamento, consulenza e informazione per tutti i lavoratori e le lavoratrici stagionali a Cesenatico. L'attività è nata dopo un primo percorso di inchiesta portato avanti - nell'estate del 2008 - dagli attivisti del Laboratorio Sociale Paz, inchiesta dopo la quale è scaturita una riflessione intorno alla necessità di un intervento autonomo capace di incontrare non solo questi lavoratori e lavoratrici ma anche di aiutarli dentro un percorso di rivendicazione e di riconoscimento del loro ruolo dentro l'economia turistica stagionale. Qui l'incontro e il progetto dello Sportello Stagionali realizzato dall'Ass. Rumori sinistri.

Nell'estate 2008 abbiamo condotto a Cesenatico (come territorio più facile per dimensione e strutture turistiche) un'inchiesta sul racket del reclutamento del personale stagionale comunitario, camuffandoci da albergatori in cerca di manodopera a basso costo. Abbiamo chiamato albergatori ed alcune agenzie interinali per avere nomi, indirizzi e recapiti telefonici. Siamo riusciti ad individuare "mediatori" freelance, collaboratori di associazioni di categoria ed alcune agenzie vere e proprie di reclutamento di manodopera a basso costo presenti in alcune città della costa romagnola.

Molti "mediatori" e operatori del settore lavorano in proprio anche se organizzanti dentro una rete di contatti e servizi creati ad hoc, con appoggi in alcune città della Romania tra cui vari collaboratori locali che forniscono e intercettano la manodopera attraverso delle "Agenzie Giuridiche per il personale Alberghiero".

Il prezzo che solitamente bisogna pagare per un contratto di lavoro si aggira intorno ai 1000 euro, grazie a questa somma di denaro si arriva in Italia, tutto è organizzato, tutto è pronto per essere immessi nel mercato schiavistico del lavoro stagionale.

Le storie di vita raccolte, la drammaticità delle condizioni di lavoro ci restituiscono uno scenario che conferma come anche nel lavoro turistico stagionale, si presenti una razzializzazione dello sfruttamento (la maggior parte dei lavoratori e delle lavoratrici incontrate a Cesenatico sono romeni), accompagnati da tanti giovani italiani, locali e non che si trovano costretti ad accettare queste condizioni di organizzazione del lavoro.

Per queste ragioni, dopo l'inchiesta condotta nel 2008, abbiamo deciso di strutturare il nostro intervento in forma diversa. Infatti dalla conoscenza del fenomeno e del modello di organizzazione del lavoro stagionale nella costa romagnola, abbiamo pensato di attivare un servizio - come lo Sportello Stagionali curato dall'ass. Rumori sinistri - allo scopo di fornire informazioni facilmente fruibili ai lavoratori e alle lavoratrici stagionali non solo comunitari (lo sfruttamento non ha colore né nazionalità), per tentare da un lato di facilitarli nella condizione di poter porre in essere quelle strategie legali a salvaguardia del loro lavoro e delle seppur minime garanzie e tutele previste dal CCNL del turismo; dall'altro di favorire una riflessione negli stessi, affinché, vi sia la capacità di ragionare nei termini di produzione di soggettività, ovvero di porre in essere percorsi reali di fuoriuscita dalla sfruttamento attraverso singole vertenze o modalità comuni e condivise di esercizio del diritto di accesso al reddito e alla cittadinanza nonché alla giusta retribuzione fuori dalle dinamiche dello sfruttamento.

Con il passare degli anni infatti, anche se, sono aumentati gli stipendi la paga mensile rimane molto, ma molto inferiore a quello che si prevede nelle tariffe contrattuali sindacali previste dal CCNL del turismo. Inoltre nel nuovo scenario della crisi economica globale tantissimi lavoratori e lavoratrici italiani/e torneranno al lavoro stagionale, subendo gli stessi paradigmi di controllo e sfruttamento che sono stati sperimentati sui lavoratori migranti o comunitari.

Per questo sarebbe opportuno, oltre che auspicabile, sperare che nonostante il clima di paura e intolleranza indotto dalle politiche securitarie a livello nazionale come fuoriuscita mediatica e simbolica dalla crisi economica, si pensi ad es. al famigerato pacchetto sicurezza, sia possibile attivare un percorso costituente di una forma autorganizzata di base agita dagli stessi lavoratori e lavoratrici stagionali con il supporto delle realtà sociali e dell'associazionismo che si muovono in questo ambito.

Aprire un varco, una nuova prospettiva in cui possano emergere le voci di denuncia ad un sistema di sfruttamento, da considerarsi come un vero e proprio schiavismo estivo che persiste

indisturbato da decenni a questa parte sulla costa romagnola. Affermare ciò, siamo consapevoli, è

come gettare un sassolino in un oceano, ma si sa è sempre meglio avere un sogno che morire di realtà.

Fonte: www.globalproject.info - 04.05.2010

“Gli immigrati rubano il lavoro e non pagano le tasse? Falso”

Dati alla mano ecco come smontare tutti i pregiudizi sugli immigrati. Ricerca realizzata da La Banda Larga presentata insieme al Manifesto del “Primo Marzo – Una giornata senza di noi”

ROMA – “Tutti questi immigrati! E vengono tutti qui”. “Ci rubano il posto, lavorando in nero”. “... e nelle graduatorie per la casa sono i favoriti”. Chi non ha mai sentito almeno una volta queste frasi? Eppure, nonostante vengano pronunciate spesso, hanno ben poco a che fare con la realtà dei fatti. Veri e propri luoghi comuni che una ricerca realizzata da La Banda Larga (<http://www.ibabandalarga.it/>) ha cercato di smontare colpo su colpo, andando ad individuare quelli più diffusi e portando come risposta i dati ufficiali raccolti da diverse fonti autorevoli come l’Ismu, il dossier Caritas/Migrantes, la Comunità di Sant’Egidio e altre fonti istituzionali che spesso restano sulle pagine dei giornali soltanto al momento della pubblicazione. La ricerca è stata resa nota ieri durante la conferenza stampa di presentazione del “Manifesto per il Primo Marzo 2010 – Una giornata senza di noi” ed è stata realizzata da Andrea e Giuseppe Civati, Ilda Curti, Ernesto Ruffini e Roberto Tricarico.

“Tutti questi immigrati!”. Il primo luogo comune da smontare è quello della presenza degli immigrati nel nostro Paese. Secondo il Transatlantic Trends Immigration 2009, la percezione della presenza degli stranieri in Italia è molto più alta di quella che è la loro effettiva presenza sul territorio. Secondo la ricerca, infatti, gli italiani hanno la percezione che gli immigrati siano il 23% della popolazione residente, ovvero qualcosa come uno su cinque persone presenti in Italia. In realtà, nel nostro paese al primo gennaio 2009 gli immigrati erano oltre 4,8 milioni, di cui 4,4 milioni di stranieri regolari e oltre 400 mila irregolari. Rispetto alla popolazione italiana la presenza degli immigrati, quindi è del 5,8% all’inizio del 2008, il 6,5% nel 2009 e stimata intorno al 7,3% nel 2010. E non è neanche vero che “vengono tutti qui!”. Rispetto ai dati del 2008, infatti, la media dell’Europa dei 27, gli immigrati rappresentano in media il 6,2% della popolazione. Nello stesso anno in Italia il dato era del 5,8%, mentre in Austria, Spagna e Irlanda il dato raggiungeva e superava il 10%.

“Rubano posti di lavoro perché lavorano in nero”. In verità, quasi la totalità degli immigrati adulti con

permesso di soggiorno, spiega la ricerca, sono iscritti all’Inps e soprattutto, secondo le rilevazioni sulle forze di lavoro Istat del 2008, ricoprono lavori che gli italiani non farebbero. Il 72% è personale non qualificato, quando tra gli italiani sono il 37% i lavoratori che svolgono mansioni manuali. “Il lavoro degli stranieri – si legge nella ricerca – ha quasi naturalmente colmato un vuoto provocato da fattori demografici”. Non solo. Nel 2008 si contavano circa 240 mila cittadini stranieri titolari di impresa, circa il 7% del totale. Si tratta prevalentemente di aziende di artigianato, ma secondo i dati della Fondazione Ethnoland il settore occupi intorno ai 200 mila dipendenti, mentre per il Dossier Caritas 2008 la stima arrivi intorno al mezzo milione di persone. Inoltre producono Pil e pagano le tasse. Nel 2007 il contributo degli stranieri è stato del 9,1% del Pil italiano, mentre dal 2004 al 2008 l’apporto degli immigrati al gettito fiscale è passato da 1,87 miliardi a 3,2 miliardi di euro.

“Nelle graduatorie per la casa sono favoriti gli stranieri”. Un esempio che dimostra il contrario è quel che è accaduto a Torino. Secondo i dati dell’assessorato alle politiche per la casa del Comune di Torino, negli ultimi anni nella città piemontese i bandi per l’assegnazione degli alloggi pubblici sono stati nel 2004 e nel 2009. Nel 2004 le domande degli stranieri sono state il 31% e nel 2009 il 45%. “Tuttavia – spiega la ricerca - solo pochi sono effettivamente assegnatari di case popolari: rispetto al bando 2004 solo il 10% è rappresentato da stranieri”. A Genova, invece, gli alloggi assegnati agli immigrati sono solo il 5%. A Bologna, su oltre 12 mila alloggi popolari attualmente assegnati dal Comune, 1.112 sono quelli occupati da stranieri. Tutto questo perché i criteri per l’assegnazione delle case popolari non favoriscono gli stranieri: tengono conto non solo del reddito, ma anche dei componenti della famiglia, età e eventuale disabilità, “quando gli immigrati – si legge nella ricerca - sono tendenzialmente giovani, perfettamente abili e con nuclei familiari sotto le 5 unità”.

Fonte: <http://www.migrantitorino.it/?p=5328> - 26.02.2010

Poco lavoro, imprese fragili: per i lavoratori stranieri “rischio dumping sociale”

Inchiesta. Con l'avvento della crisi, cancellati i progressi nelle condizioni di vita e di lavoro raggiunti negli ultimi anni. Zanfrini (Ismu): “Tenere alto il livello di guardia ed evitare discriminazioni”

ROMA – I lavoratori stranieri sono stati maggiormente colpiti dalla crisi rispetto ai loro colleghi italiani. E come se non bastasse, la congiuntura economica negativa ha messo fine a quel progressivo e continuo miglioramento che, a partire da inizio millennio, aveva caratterizzato le condizioni di vita e di lavoro degli immigrati. A dirlo è Laura Zanfrini, docente di Sociologia economica all'Università Cattolica di Milano e responsabile del settore Lavoro dell'Ismu, l'Istituto per gli studi sulla multietnicità, che ogni anno produce un corposo rapporto di carattere nazionale sulle migrazioni. “I dati Istat relativi al quarto trimestre 2009 e pubblicati a fine aprile sono drammatici – esordisce la professoressa Zanfrini, a cui Redattore Sociale ha chiesto di illustrare le ripercussioni della crisi economica sui lavoratori stranieri che vivono in Italia. – Indicano un peggioramento netto molto più evidente sugli stranieri che sugli italiani”. In questo senso la situazione italiana è perfettamente in linea con il trend che si registra a livello europeo, e più in generale nei paesi a sviluppo avanzato, “dove la crisi degli anni 2008 e 2009 ha interrotto quella che tendenza a un notevole miglioramento della condizione occupazionale degli stranieri, registrata dall'inizio del millennio”.

A partire dai primi anni Duemila, infatti, i lavoratori immigrati “erano andati a occupare molti dei posti di lavoro di nuova creazione”, con conseguente “riduzione dei differenziali nei tassi di occupazione e di disoccupazione tra stranieri e autoctoni”. Anzi, precisa la docente di Sociologia economica, “diversi paesi avevano, se pur timidamente, riaperto le frontiere e aumentato le possibilità di ingresso per motivi di lavoro”. Con l'avvento della crisi, però, questo scenario subisce un “drastico peggioramento”. “In Italia – spiega Zanfrini – gli stranieri, soprattutto gli uomini, sono concentrati nei settori più esposti alla congiuntura”. Molti, infatti, sono quelli occupati in edilizia e nell'industria manifatturiera, ma anche nelle piccole imprese “che in questa recessione sono state particolarmente colpite”. Per non parlare degli imprenditori stranieri: “Molto spesso erano titolari di imprese deboli, con una struttura finanziaria non particolarmente forte e quindi estreamente esposti alla crisi”.

Il peggioramento nelle condizioni di vita dei lavoratori stranieri non si esaurisce, però, nel “deterioramento dei progressi occupazionali”. “Sono tornati in auge – denuncia Zanfrini – anche il problema della discriminazione nelle assunzioni e un significativo restringimento, se non una vera e propria chiusura, delle possibilità di ingresso legale

in Italia”. Nel nostro paese, inoltre, la crisi non sembra aver risparmiato neppure le donne. Infatti, se all'inizio l'impatto si è avvertito soprattutto sulla componente maschile, in quanto le donne lavorano in settori, come quello della cura, meno esposti alla congiuntura economica, “gli ultimi dati Istat parlano anche di un peggioramento nei tassi di disoccupazione femminile sulla componente immigrata”. “Nonostante manchino ancora gli elementi per affermarlo con assoluta certezza in quanto il dato non viene disaggregato per settore e per nazionalità – spiega Zanfrini – possiamo comunque pensare che la crisi ha interessato anche il lavoro di cura”.

La situazione, inoltre, appare più drammatica al Nord che al Sud. “Nel 2009 in Lombardia – prosegue la sociologa – c'è stato sicuramente un peggioramento complessivo, con addirittura un raddoppio dell'incidenza della disoccupazione dei lavoratori stranieri”. Tuttavia, la disoccupazione sembra aver “penalizzato soprattutto gli ultimi arrivati e molto meno gli immigrati che avevano già una certa anzianità migratoria”. A essere colpiti, dunque, sarebbero stati soprattutto i lavoratori che non erano riusciti ancora a stabilizzare la propria condizione lavorativa, ovvero “coloro che erano entrati nel mercato del lavoro in maniera ancora precaria, per esempio con un contratto a termine o attraverso il periodo di prova”. Alcune nazionalità, poi, sembrano più colpite di altre. “I filippini, per esempio, non sembrano assolutamente colpiti dalla disoccupazione – prosegue Zanfrini. – E questo secondo me per due motivi: uno perché sono una comunità migratoria prevalentemente occupata presso le famiglie e con un'occupazione vecchia di anni, quindi con una condizione lavorativa ormai stabile”. Secondo, “ma è soltanto un'ipotesi”, perché “si tratta di una comunità con un grande sapere migratorio: quindi, nel momento in cui le possibilità occupazionali si sono ridotte, ha fatto arrivare meno nuovi immigrati”. Insomma, si tratterebbe di una comunità in grado di gestire e controllare gli afflussi, bloccando i nuovi arrivi nel momento in cui diminuiscono le possibilità di occupazione.

E cosa dire del futuro? “Guardando al futuro – afferma la responsabile del settore Lavoro dell'Ismu – è molto importante dire che, mai come in una situazione critica e congiunturalmente difficile, diventa ancora più importante vigilare affinché gli immigrati non siano discriminati”. Infatti, se “discriminati e pagato di meno”, i lavoratori stranieri “possono diventare veramente concorrenziali”, rischiando in questo modo di “generare le famose

guerre tra poveri”. “Paradossalmente – continua – nel momento in cui si verifica un'emergenza occupazionale cala anche l'attenzione sulle politiche per l'integrazione e sulle politiche di lotta alla discriminazione”. Eppure dovrebbe accadere

esattamente il contrario. “Tali politiche sono fondamentali in queste fasi – conclude – altrimenti si rischia di generare degli effetti di dumping sociale”.

Fonte: www.redattoresociale.it - 21.05.2010

Crisi, 20mila stranieri potrebbero tornare a casa. I contributi restano all'Inps

In un anno 77 mila disoccupati stranieri. In 20 mila potrebbero decidere di tornare nel Paese d'origine, se entro sei mesi non troveranno un nuovo lavoro. Ma i contributi previdenziali, circa 200 milioni, resteranno in Italia, nelle casse dell'Inps

MILANO - Cresce il numero di disoccupati stranieri, passati dai 162 mila del 2008 ai 239 mila del 2009, ovvero 77 mila disoccupati in più nell'arco di dodici mesi. Se entro sei mesi non troveranno un nuovo lavoro, probabilmente, molti di loro torneranno nel Paese d'origine. E i contributi previdenziali versati nel corso degli anni, resteranno in Italia, nelle casse dell'Inps, per una cifra pari a circa 200 milioni di euro. È la stima elaborata da Andrea Stuppini, dirigente regione Emilia-Romagna e rappresentante delle regioni nel Comitato tecnico nazionale sull'immigrazione, pubblicata sul sito La Voce.info

“Tra il settembre 2008 e oggi, oltre 90 mila lavoratori stranieri potrebbero aver perduto il lavoro: una quota cospicua dei nuovi disoccupati, vittime della crisi in Italia”, scrive Andrea Stuppini. La conferma si potrà avere solo tra alcuni mesi, con i dati del saldo migratorio con l'estero, ma appare realistico stimare che almeno 20mila lavoratori, divenuti disoccupati, decidano di fare ritorno al paese di origine. “Se consideriamo uno stipendio medio (dati Inps) di

12mila euro lordi l'anno, i contributi previdenziali versati dai lavoratori dipendenti ammontano a quasi 4mila euro l'anno; per una media di due anni e mezzo di permanenza in Italia, significano circa 10 mila euro”, scrive Andrea Stuppini. Se la stima di 20mila lavoratori rientrati sarà confermata, nel complesso si tratterà di circa 200 milioni di euro che questi lavoratori avranno perduto. La Bossi/Fini prevede che il lavoratore immigrato possa ricevere la pensione solo al compimento del 65mo anno d'età e non per anzianità lavorativa. E nel caso non abbia lavorato per almeno cinque anni e in assenza di un accordo di reciprocità tra il suo paese e l'Inps, i contributi da lui versati andranno perduti e resteranno in Italia. Un accordo che vale con i Paesi dell'Ue e che è stato sottoscritto con pochi altri Paesi extracomunitari (il più rilevante è la Tunisia). Restano fuori dai giochi Marocco, Albania, Ucraina, Cina, India e altri Stati da cui prevengono molti lavoratori stranieri presenti in Italia.

Fonte: www.redattoresociale.it - 14.05.2010

Aumentare gli ingressi di lavoratori stranieri, prevedere rinnovi per gli stagionali, aumentare la durata dei permessi per gli immigrati disoccupati

Sono le “raccomandazioni” della Commissione lavoro della Camera dei Deputati.

Conclusa l'indagine conoscitiva sul lavoro nero, i deputati chiedono di favorire l'inserimento sociale degli immigrati: “investire sulla regolamentazione delle forme di impiego della manodopera straniera”. Aumentare il numero di ingressi di lavoratori stranieri per far fronte alla domanda delle imprese, semplificare le procedure burocratiche per il rilascio dei permessi di soggiorno, investire per la formazione e la socializzazione dei lavoratori, aumentare la durata del permesso di soggiorno in caso di disoccupazione, prevedere forme di rinnovo dei permessi stagionali.

Sono queste le “raccomandazioni” contenute nel documento conclusivo dell'indagine conoscitiva sul lavoro nero della Commissione lavoro della Camera, guidata dal “finiano” doc Silvano Moffa.

Nel documento si legge che è “opportuno” investire in modo specifico sulla regolamentazione delle forme di impiego della manodopera straniera, poiché “la presenza di lavoratori extracomunitari risulta significativa proprio in quei settori in cui si registra una percentuale più elevata di lavoro sommerso”.

Secondo la Commissione esiste il “dato inconfutabile” che la richiesta attuale di manodopera viene considerata come non adeguatamente soddisfatta. Le stesse modalità di ingresso nel

Paese “risultano spesso di non facile applicazione e favoriscono il ricorso al lavoro sommerso (che riguarda sicuramente gli immigrati irregolari, ma in misura maggiore quelli regolari con lavoro stabile), ponendo con forza la questione relativa alle modalità di reclutamento di tale manodopera e a come regolamentarne la permanenza nel territorio”.

La Commissione Lavoro spiega che “nel corso dell’indagine si è prospettata la necessità di semplificare le procedure per il rilascio del permesso di soggiorno in favore dei lavoratori stranieri regolarmente presenti sul territorio italiano, agevolando la tempistica e le relative procedure e mettendo, altresì, a disposizione delle imprese una quota di ingressi più rispondente ai bisogni delle stesse”.

I deputati invitano inoltre a “rendere più costante e qualificata la presenza di lavoratori immigrati sul territorio, estendendo il periodo di soggiorno per ricerca di lavoro, in caso di sopravvenuta disoccupazione (oggi limitato a 6 mesi), ricollegando la decorrenza di tale proroga non al giorno del licenziamento bensì a quello della scadenza del permesso di soggiorno e rendendo meno probabile lo scivolamento di tali lavoratori verso condizioni di irregolarità, anche attraverso il loro impiego in attività di formazione”.

Nel documento inoltre, la Commissione ritiene “essenziale l’avvio di politiche sociali di integrazione adeguate, riguardanti gli alloggi, la formazione

linguistica e scolastica, nell’ambito delle quali gli enti locali dovrebbero assurgere al ruolo di effettivi protagonisti”.

Un’ultima raccomandazione riguarda i lavoratori stagionali, per i quali la Commissione chiede di “introdurre modifiche alla normativa dei rinnovi dei permessi di soggiorno stagionali, attesa la particolare delicatezza di tali forme di attività professionale, che, a causa dei periodi ristretti in cui si esercitano, rendono ancor più problematica la tematica del reclutamento e della permanenza dei lavoratori stranieri, spesso costretti a migrare da un territorio all’altro all’inseguimento delle campagne della raccolta”.

Nel corso delle audizioni sono intervenuti rappresentanti delle parti sociali (Confindustria e organizzazioni sindacali, quali CGIL, CISL, UIL e UGL), delle associazioni di categoria dei settori maggiormente coinvolti (ANCE, Coldiretti, Confagricoltura e CIA), di operatori del mercato del lavoro (Consiglio nazionale consulenti del lavoro), di enti previdenziali e assistenziali (INAIL e IPSEMA), di istituzioni, anche pubbliche, e centri di studio, ricerca e statistica (ISTAT, Censis ed Eurispes), di associazioni che agiscono nel settore del volontariato (CARITAS e Medici senza Frontiere), nonché del Consiglio nazionale dell’economia e del lavoro.

Fonte: www.immigrazioneoggi.it - 07.06.2010

Sindacati e immigrati, non solo contrattazione

Roma – 19 maggio 2010 - La contrattazione collettiva è uno dei punti dolenti nel rapporto tra sindacati e immigrazione. Nel 2002 l’Ires aveva contato su 350 solo 30 contratti collettivi nazionali che trattavano materie legate alla specifica condizione del lavoratore straniero. “L’Istituto oggi non possiede dati aggiornati – spiega Emanuele Galossi, ricercatore dell’Ires -, ma non c’è motivo di credere che quell’8,5% sia aumentato in modo significativo. Sarà invece sicuramente un po’ migliorata la situazione a livello aziendale – aggiunge - dove all’epoca facevano riferimento agli immigrati 8 accordi su 850”.

Anche le materie relative alla condizione specifica dei lavoratori immigrati più spesso trattati nei contratti sono gli stessi e sono essenzialmente tre: ore di permesso per la formazione linguistica e/o professionale; accorpamento delle ferie per poter andare nel paese d’origine; attività di monitoraggio dei problemi e delle dinamiche del lavoro degli immigrati.

Qui e lì, soprattutto nell’ambito della contrattazione di secondo livello (quindi territoriale e aziendale) si incontrano altri i temi, come: permessi preghiera e/o per ricorrenze religiose, richiamo alle armi in patria, malattia contratta durante ritorno in patria, menu differenziati nelle mense, abbigliamento, materiale informativo in più lingue, tutela pari opportunità e poco altro. L’inserimento di questi temi risulta molto difficile.

“Abbiamo provato con le ore dedicate alla preghiera dei musulmani a Varese – dice il segretario nazionale Feneal-Uil Franco Gullo – ma non ci siamo riusciti. Stiamo trattando l’accorpamento ferie e poi l’ultimo contratto degli edili ha introdotto le 16 ore di formazione pre-ingresso dei neoassunti: il materiale didattico è stato preparato in varie lingue”. “Molto spesso – osserva Piero Soldini (Cgil) – una serie di diritti non sono scritti nei contratti, ma ci sono degli accordi verbali secondo i quali vengono comunque concessi”.

Ma a parte la zoppicante questione della “contrattazione migrante” i sindacati devono far fronte a una serie di problematiche legate ai loro “utenti stranieri”, che vanno dalla difesa dei tesserati in caso di vertenza alla lotta per una maggiore tutela dei lavoratori immigrati e delle loro famiglie. Dice Enrico Moroni, responsabile ufficio immigrazione Inca (il patronato della Cgil): “Su 100 vertenze, 26 sono di lavoratori stranieri. Sono soprattutto al Nord e coinvolgono più spesso i settori edilizia, commercio e terziario”.

I problemi

Le questioni problematiche sono ben note: discriminazione degli stranieri nel assegnare loro lavori più pesanti, meno qualificati, sottoinquadramento, turni di lavoro più scomodi, part-time che diventano full-time, straordinari non retribuiti, mancata erogazione dei contributi, mancata concessione di ferie e permessi, inadempienze in materia di tredicesime e liquidazioni, licenziamenti senza giusta causa ne preavviso, scarsa attenzione alle esigenze religiose ed alimentari, caporalato, lavoro nero. Il lavoratore immigrato fatica a far rispettare le tutele contrattuali molto più del suo collega italiano. Anche le differenze negli stipendi spesso rispecchiano questa disparità.

Ovviamente gli strumenti sindacali di difesa dei lavoratori vengono applicati indipendentemente dalla cittadinanza. Ma ogni organismo di tutela risponde a proprio modo alle questioni specificatamente legate ai lavoratori immigrati – sia concernenti il lavoro, sia relative alle vita sociale.

La Cisl ha messo in prima linea l'Anolf - Associazione nazionale oltre le frontiere, composta per il 99% da immigrati – che da vent'anni si propone di promuovere l'uguaglianza e la valorizzazione delle diversità attraverso una serie di azioni e servizi. Solo la Cisl oggi ha un segretario confederale con delega all'immigrazione che l'immigrazione l'ha vissuta in prima persona: Liliana Ocmin è stata clandestina, ha lavorato come badante, ambulante, baby sitter e al contempo si è laureata in giurisprudenza e ha fatto carriera all'interno del sindacato.

“Non c'è maggiore discriminazione – dice Ocmin - che trattare in modo uguale gli stranieri, nel senso che questi lavoratori hanno esigenze specifiche che vanno soddisfatte. Penso agli infortuni sul lavoro, alla valorizzazione delle qualifiche conseguite nel paese d'origine, alla bilateralità, alla legge sulla cittadinanza e alla necessità di applicare lo ius soli”.

L'immigrazione è stata uno dei tre grandi temi al centro dell'ultimo sciopero generale indetto dalla CGIL (il 12 marzo scorso). Affiancandolo a lavoro e

fisco, la Cgil ha chiesto politiche di accoglienza e di lotta alle nuove schiavitù, con la sospensione delle legge Bossi-Fini per i migranti in cerca di occupazione e con l'abolizione del reato di clandestinità.

“Ci siamo battuti con tante attività e centinaia di cause – dice Piero Soldini – per rimuovere ogni sorta di discriminazione e razzismo, come nel caso dei contributi per l'affitto o del bonus bebè a Brescia dove – prima che impugnassimo la delibera comunale - gli immigrati venivano esclusi dal beneficio”. Soldini parla inoltre di rendere deducibile il lavoro delle badanti per dare una spinta alla regolarizzazione, parla di qualificazione dei lavoratori, di un albo e di servizi specifici organizzati dalle istituzioni locali dietro una potenziata contrattazione territoriale.

C'è poi la campagna 'oro rosso', contro il lavoro nero e lo schiavismo in agricoltura e ci sono le battaglie di Piero Soldini 'contro i tempi lunghi, insopportabili, che gli immigrati sono costretti a subire per il rinnovo del permesso di soggiorno'. “Anche perché – spiega – la Cgil ha seguito centinaia di vertenze con datori di lavoro che hanno licenziato o sospeso dal lavoro e dalla retribuzione gli immigrati che erano in attesa di rinnovo non riconoscendo valore alla ricevuta”.

E ai problemi legati al permesso di soggiorno pensa anche la Uil. “Il cedolino crea problemi al datore di lavoro – conferma Giuseppe Casucci – e inoltre sono un grosso guaio i sei mesi di ricerca occupazione dopo un licenziamento”. Lo scorso anno infatti la Uil ha chiesto (invano) al Governo e al Parlamento “che venga considerata l'indennità di disoccupazione come reddito valido per il rinnovo del permesso di soggiorno, e che i sei mesi per ricerca di occupazione scattino solo dopo il termine di godimento di questo istituto”. Ma come dice Casucci, “per gli immigrati riusciamo ad ottenere ben poco con questo Governo”.

“Una spinta positiva”

“All'inizio della sindacalizzazione 'migrante', negli anni '80, '90 – spiega il sociologo Enrico Pugliese – il sindacato è stato attivissimo nella tutela degli stranieri, ma piuttosto come persone che in quanto lavoratori”. “Erano affidati ai 'servizi' – aggiunge un altro sociologo, Giovanni Mottura - di fatto erano ghettizzati come clienti del welfare. La Cisl ha tirato in ballo l'Anolf, mentre la Cgil – che in un primo momento ha equiparato il lavoratore straniero all'italiano - ha creato strutture al proprio interno che rispondevano alle esigenze specifiche dell'immigrato. Il problema si è presentato quando le tessere straniere sono aumentate vertiginosamente e anche le diverse federazioni di categorie dovevano iniziare a prenderne coscienza”.

“Nel giudicare l’approccio dei sindacati con l’immigrato – sottolinea Pugliese – bisogna tener conto delle realtà presenti nel Sud e nel Nord. Nell’Italia settentrionale, dove più spesso il lavoratore sta in fabbrica, i problemi da gestire riguardano principalmente il suo stato di lavoratore. Ma al Sud – continua Pugliese – c’è un quadro completamente diverso, in cui bisogna chiedersi innanzitutto dove il lavoratore dorme, se mangia, se è ricattabile: va tutelato prima come persona e poi come lavoratore. E secondo me nel Meridione il sindacato si sta muovendo, ma non a sufficienza”.

“Oggi – dice Mottura – sta avvenendo un trapasso, è un momento cruciale: i passi avanti sono indubbi, ma ancora tanti sono quelli da fare. L’immigrazione può solo dare una spinta positiva al mondo sindacale che sta passando un brutto periodo. L’importante è che i sindacati si assumano

personalmente le conseguenze di ciò che deriva da questo milione di iscritti”.

Infine, va detto che ogni tanto esce fuori la questione circa l’esigenza dei lavoratori stranieri di avere un proprio organismo di tutela, nell’ambito delle azioni dei sindacati sul tema immigrazione. “Ma è più semplice fare le battaglie all’interno di una struttura preesistente – commenta il sociologo Francesco Carchedi – che creare una struttura ex novo anche se con lo scopo di trattare problematiche specificatamente legate al lavoratore immigrato”. Dello stesso parere Moulay el-Akkioui (Fillea Cgil): “Le divisioni non servono – dice -, l’unione fa la forza”.

Antonia Ilinova

Fonte: www.stranieriinitalia.it - 20.05.2010

PORTUGUÊS

1º de maio: trabalhadores manifestam descontentamento com políticas de Obama

Natasha Pitts

Um dia antes do 1º de maio, data que marca o Dia Internacional do Trabalhador, cidadãos estadunidenses e imigrantes realizaram manifestações, protestos, marchas e atos públicos em grandes cidades como Nova York, Califórnia, Chicago, Washington e Michigan. A intenção foi utilizar a data para chamar a atenção do governo para a situação da migração, do desemprego, do subemprego e do crescimento do número de empobrecidos em virtude da crise financeira.

As manifestações foram também uma oportunidade para mostrar que a população não está satisfeita com a atuação de Barack Obama, já que boa parte de suas promessas continua no papel. Em artigo para a Radio del Sur, Victor Toro esclarece a necessidade das mobilizações populares nos Estados Unidos. "A recessão não parou, o desemprego ultrapassa os 20%, em alguns povos e cidades se manifesta mortalmente em até 30%, a isso agreguemos o desemprego crônico, os desamparados, a população encarcerada, os dependentes químicos e doentes crônicos, há que os somar por milhões".

O 1º de maio é, para grande parte dos cidadãos, uma oportunidade de expressar o descontentamento e não um momento de comemorações. No caso dos Estados Unidos, a população assistiu de camarote à entrada de maciço aparato financeiro para deter a crise

imobiliária e evitar a quebra de grandes bancos e empresas.

Enquanto todos se ocupavam com a crise que começava a tomar proporções mundiais, os afetados pelas guerras do Iraque, do Afeganistão e do Paquistão foram sendo esquecidos. A promessa de retirada dos soldados dessas regiões também foi deixada para trás. Mais recentemente, a atuação dos soldados estadunidenses foi intensificada fora de seu país, como prova o Haiti.

Com a crise econômica quase que generalizada se intensifica um assunto delicado em todas as nações: a migração. Buscando fugir de péssima situação de vida e trabalho em seus países, centenas de pessoas continuaram se deslocando para os EUA, na tentativa de sobreviver. Em seu artigo, Toro rebate as informações da MIGRA e afirma que os imigrantes não estão retornando para seus países, mas sim que as deportações têm acontecido forçosa e violentamente.

Para combater a crise e todas as suas implicações, combater o desemprego, o abandono da classe trabalhadora e a criminalização dos migrantes, Victor Toro acredita que "este 1º de maio tem que ser claramente anticapitalista e enfocado em desmascarar todos os culpados da crise". A classe trabalhadora, em especial a migrante, precisa se levantar e lutar por uma "nova ordem econômico-social", se organizar em

coletivos, sindicatos e comunidades e se manifestar.

Victor Toro, imigrante indocumentado que luta contra sua deportação, coloca como principais demandas a serem priorizadas pelo governo estadunidense a fim de fazer a diferença para a realidade do país: a legalização dos trabalhadores imigrantes, o fim das guerras e da instalação de bases militares, o fechamento de Guantánamo e

demais centros secretos de tortura, a criação de um sistema de educação e saúde sem discriminação e livre para todos, o fim do financiamento para as guerras e a "garantia dos direitos civis, humanos, o fim do racismo, da discriminação e dos crimes de ódio".

Fonte: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=47426>
- 30.04.10

OIT lança estudo sobre trabalhadores migrantes

A OIT lançou este mês estudo em que analisa as tendências da migração internacional do trabalho, com o título "Migração Internacional do Trabalho: Uma abordagem baseada em direitos".

O estudo analisa os impactos da migração para os países de origem e as condições de trabalho oferecidas a esses trabalhadores, que muitas vezes enfrentam dificuldades devido à falta de proteção tanto social como em relação à ambientes de trabalho inseguros, aos baixos salários e diversas outras questões que envolvem a migração.

No segundo semestre de 2009, foi sancionado o projeto de lei que beneficiou os estrangeiros em situação irregular e que entraram no Brasil até 1º de fevereiro do mesmo ano. A sanção dessa matéria representou a garantia de direitos sociais a esses milhares de estrangeiros que vivem clandestinamente no Brasil e boa parte deles é submetida ao trabalho análogo ao de escravo.

A Fiscalização do Trabalho exerce um papel fundamental na busca de inibir a exploração de trabalhadores estrangeiros. No último mês de março, durante ação que apurava denúncia contra grande rede de lojas de confecção, no Estado de São Paulo, AFTs da SRTE/SP autuaram a empresa em R\$ 634 mil ao constatarem a utilização de fornecedores que exploram trabalhadores estrangeiros na confecção de roupas.

A seguir matéria sobre tema:

OIT lança estudo sobre a necessidade de dar "tratamento justo" a 105 milhões de trabalhadores migrantes no mundo

GENEBRA (Notícias da OIT) - Em meio aos crescentes desafios devido à crise econômica mundial, um novo estudo da OIT destaca a necessidade de ser adotada uma "abordagem baseada em direitos" para fornecer um acordo "justo" para 105 milhões de trabalhadores migrantes em todo o mundo.

O novo estudo, intitulado "Migração Internacional do Trabalho: Uma abordagem baseada em

direitos" (Nota 1), analisa as tendências de migração internacional do trabalho, seus impactos sobre a origem e os países de destino e as condições de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores migrantes. O estudo também analisa como os padrões podem ser usados na formulação e implementação de políticas e práticas de migração.

O estudo traz contribuições positivas feitas por trabalhadores migrantes para os seus países de origem e de emprego. No entanto, também destaca as carências de trabalho decente e os déficits de proteção que ainda enfrentam, incluindo os baixos salários, não pagamento de salários, ambiente de trabalho inseguro, a virtual ausência de proteção social, a negação da liberdade de associação e os direitos dos trabalhadores, a discriminação e a xenofobia.

"A migração internacional é essencialmente um problema que diz respeito ao mercado de trabalho, ao emprego e à questão do trabalho decente e menos um problema de segurança, uma questão do asilo ou de refugiados", diz Ibrahim Awad, Diretor do Programa de Migração Internacional da OIT. "O desafio é para regular a migração de tal forma que ela possa servir como uma força para o crescimento e a prosperidade nos países de origem e destino, além de proteger e beneficiar os trabalhadores migrantes".

"A atual crise financeira e econômica destaca o papel que a OIT deve desempenhar na arena internacional de olhar para a integração do emprego e das políticas financeiras", disse o Sr. Awad.

O estudo da OIT diz também:

Os migrantes internacionais, estimados em 214 milhões em 2010, representam apenas três por cento da população mundial;

As mulheres constituem quase 50 por cento dos migrantes internacionais;

Os trabalhadores migrantes (isto é, os que estão economicamente ativos no total da população migrante) são cerca de 105 milhões em 2010 e,

Os trabalhadores migrantes - que migram por emprego - e suas famílias, cerca de 90 por cento do total de migrantes internacionais.

O estudo conclui que: a governança nacional e internacional da migração laboral deveriam reconhecer que grande parte da imigração está em busca de trabalho decente e, assim, proporcionar maiores oportunidades de mobilidade legal de trabalho; que as políticas devem estar baseadas no reconhecimento dos benefícios mútuos para os países de origem e destino; que a proteção dos direitos dos migrantes é essencial para receber os benefícios do desenvolvimento de migração para todas as partes; que são necessários enfoques globais para os casos de imigração irregular.

O estudo também apela para a cooperação bilateral, regional e multilateral entre governos, parceiros sociais e outras partes interessadas na migração para melhorar a governança do processo de migração, assegurar a proteção dos trabalhadores migrantes, e benefícios para o desenvolvimento seguro da migração laboral para todas as partes.

O estudo se baseia em recentes debates internacionais sobre o tema da migração laboral, como está refletido na Resolução referente a um tratamento justo para os trabalhadores migrantes em uma economia global (OIT, 2004), no plano de ação para os trabalhadores migrantes e no Marco Multilateral da OIT para as Migrações Laborais, adotado em 2006. Com o desenvolvimento do Marco Multilateral, a OIT deu um passo importante na definição de um enfoque baseado nos direitos para a migração laboral.

Fonte: <http://www.reporterbrasil.org.br/clipping.php?id=1081> - 22.04.2010

Recessão faz pouco para reduzir imigração mundial

Apesar da crise, imigrantes enviaram no ano passado mais dinheiro para seus países natais do que os pesquisadores previam

O mundo pode estar passando pela pior crise econômica em 70 anos, mas a imigração internacional, uma força cada vez maior, mostra poucos sinais de desaceleração. Globalmente, o número de imigrantes parece não ter esmorecido e, no ano passado, eles enviaram mais dinheiro para casa do que os pesquisadores previam.

Muitos imigrantes perderam empregos, mas poucos decidiram voltar para casa, mesmo quando houve ofertas para que os custos da viagem fossem pagos por terceiros. Em alguns locais, a procura por mão de obra estrangeira cresceu.

Do governo do Arizona à Calábria, críticos alertam que fronteiras porosas prejudicam os trabalhadores nativos, ameaçam as culturas locais e aumentam a criminalidade. Mas mesmo uma crise de rara magnitude fez menos do que se esperava para desacelerar o fluxo migratório, revelando em vez disso as poderosas forças que fazem com que imigrantes continuem a se aventurar no estrangeiro.

Talvez nenhum lugar mostre mais a atração da imigração do que as Filipinas, uma nação de quase 100 milhões de pessoas, onde um quarto da força de trabalho atua no exterior. Apesar da crise econômica mundial, o país teve recordes de

trabalhadores que partiram para outros países e das somas que enviam para casa.

A crise financeira acontece em uma era de mobilidade que distribui trabalhadores pelo globo. Certamente, a crise atingiu os imigrantes de maneira quase sempre desproporcional. Um relatório do Instituto de Política Migratória descobriu que, nos últimos três anos, o desemprego aumentou quase 4,7% entre americanos nativos, mas 9,1% entre imigrantes do México e América Central.

Mas, com poucas exceções, os tempos difíceis não fizeram com que os imigrantes voltassem para casa. Espanha, Japão e a República Checa tentaram pagar para que os trabalhadores estrangeiros fossem embora, mas poucos aceitaram a oferta.

Do mesmo modo, o número de mexicanos a deixar os Estados Unidos não tem aumentado, disse Jeffrey S. Passel, do Centro Pew Hispânico. Enquanto a economia e fronteiras mais rígidas têm reduzido novas chegadas, ele disse, a população total de imigrantes mexicanos permanece inalterada.

Hania Zlotnik, diretora da Divisão de População da ONU, disse: "Em todo o mundo, a crise

desacelerou o crescimento da imigração, mas o número de imigrantes continua a aumentar."

Há muitos motivos para isso. Alguns países que "recebem" imigrantes escaparam de uma profunda recessão, especialmente no Oriente Médio. Alguns países que "enviam" imigrantes foram gravemente atingidos pela crise, dando mais um motivo para aqueles que querem partir.

Mesmo em economias ruins, os imigrantes costumam fazer trabalhos que os locais não querem, como colheitas ou a limpeza de banheiros. E muitos imigrantes mudam por motivos econômicos, para viver com cônjuges ou pais. Isso ajuda a explicar por que a imigração, depois de estabelecida, é difícil de ser revertida.

Emigração portuguesa está mais qualificada

Jovens quadros técnicos e científicos optam cada vez mais por fazer carreira no estrangeiro, devido às melhores oportunidades e salários.

Substituíram a mala de cartão por uma mala com rodinhas; já não passam a fronteira a pé, mas sim de avião; em vez de escreverem longas cartas a falar da nova vida e das saudades da família ou de fazerem curtos telefonemas de tempos a tempos, comunicam através das redes sociais, dos programas de conversação instantânea ou por telemóvel. Eis os novos emigrantes portugueses.

Num artigo publicado no anuário "Janus 2008", Helena Rato, investigadora do Instituto Nacional de Administração, descreve desta forma o novo cenário da emigração nacional: "verifica-se uma tendência ao aumento da população emigrante com menos de 29 anos de idade, enquanto que o ritmo de emigração da população mais velha tende a manter-se constante; a taxa de crescimento da emigração permanente é superior à da emigração temporária; na emigração permanente, verifica-se uma quase paridade entre os dois sexos, enquanto que a emigração temporária permanece essencialmente masculina; a emigração de trabalhadores qualificados tende a crescer mais do que a dos trabalhadores não qualificados".

Os portugueses que actualmente emigram já não o fazem com "uma mão à frente e outra atrás", refere a socióloga Margarida Marques, nem em "debandada", como dizia Orlando Ribeiro. "Esse Portugal já não existe", sublinha a mesma investigadora. Actualmente, são sobretudo jovens quadros técnicos e científicos que procuram oportunidades de enriquecimento profissional, o que também reflecte "a evolução do país", diz.

Imigrantes do mundo em desenvolvimento enviaram cerca de US\$ 316 bilhões para casa no ano passado, de acordo com o Banco Mundial. O valor é 6% menor do que o ano anterior, mas mais do que o banco previa, e US\$ 80 bilhões a mais do que os imigrantes enviaram em 2006.

Apesar da crise, a movimentação anual de trabalhadores aumentou um terço nos últimos dois anos, chegando a 1,4 milhão. Os valores que enviam para casa aumentaram 19%, chegando a US\$ 19,4 bilhões, segundo o Banco Mundial.

Fonte:

<http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/nyt/recessao+faz+pouco+para+reduzir+imigracao+mundial/n1237639135033.html> - 28.05.10

Tânia Cunha, de 27 anos, natural de Batocas (concelho do Sabugal), é licenciada em Matemática Aplicada e Computação pela Universidade de Aveiro e vive, desde Junho de 2007, em Madrid. Após o estágio profissional, em Aveiro, recebeu uma proposta de trabalho de uma empresa espanhola. Apesar de também ter tido propostas para ficar em Portugal, decidiu aceitar e diz não estar arrependida. As outras propostas eram "pouco ambiciosas face à proposta da consultora espanhola", explica.

Também Nuno Oliveira, de 25 anos, natural de Vila Branca, concelho de Albergaria-a-Velha, mudou-se para Genebra à procura de "uma boa oportunidade de carreira". Vive na Suíça desde Novembro de 2008, altura em que iniciou um estágio tecnológico no CERN - Laboratório Europeu de Física das Partículas, um "local único", como o próprio descreve.

Uma questão de sobrevivência

Margarida Marques sublinha que o mais correcto não é falar-se em novos emigrantes, mas sim de novas categorias de migrantes. Além dos que saem do país por uma questão de sobrevivência, há também os que "saem porque a multinacional em que trabalham lhes dá a possibilidade de irem para outro país ou os que saem à boleia de programas europeus, de bolsas de estudo ou de investigação".

Não foi esse o caso de Ricardo Taipa, de 37 anos, natural de Lisboa. Viveu um ano na Polónia em 2001, ao abrigo do programa europeu Erasmus. Ali conheceu a mulher, uma polaca, com quem regressou a Portugal. Aqui viveram entre 2002 e 2004, mas "todos os factores conjugados

pareciam empurrar-nos para fora", desabafa. As "poucas perspectivas de ter um emprego bem remunerado, do desemprego" e do facto de a mulher não poder ter visto de residência (na altura, a Polónia não pertencia à União Europeia), levaram o casal a regressar à Polónia.

Actualmente, Ricardo Taipa é consultor informático na Fujitsu Technological Solutions em Lodz, a segunda maior cidade polaca. Afirma que nunca teve ensejo de deixar Portugal, "um país fantástico e realmente bonito", mas onde a única solução de vida que tinha era a de "endividar-se até ao tutano".

Este consultor informático diz que a Polónia "está longe de ser o ideal de país para viver" e, por isso, não afasta a hipótese de emigrar com a mulher, Paula, e os dois filhos entretanto nascidos, Manuel de quatro anos, e o Marcel, com um ano e meio. Portugal está, definitivamente, de parte, pois aqui "só se vive na plenitude com bastante dinheiro no bolso", lamenta.

Margarida Marques chama a atenção para o facto de haver um conjunto de países com economias emergentes, como os do continente africano ou asiático, onde há muito ainda por fazer e falta mão-de-obra qualificada. Dá o exemplo de Angola, onde estão perto de 75 mil emigrantes portugueses, e "que precisa de tudo, desde médicos a professores, pessoal da construção civil a engenheiros".

Empreendedorismo dos emigrantes

José Marques, professor-adjunto da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria, prefere falar em mobilidade mais do que em migração, visto ser cada vez mais comum as saídas de duração limitada para realizar trabalhos específicos, por um lado, e porque muitos emigrantes qualificados acabam por se mudar de um país para outro com grande rapidez.

À semelhança de Ricardo Taipa, também Tânia Cunha não coloca de parte voltar a emigrar. "Não descarto a possibilidade de emigrar para outro país. Viver e trabalhar noutra país continuaria a ser um contributo importante para o meu crescimento profissional e pessoal", diz.

Este investigador está a desenvolver um estudo sobre "Empreendedorismo transnacional dos emigrantes portugueses", uma área pouco estudada no país. Na apresentação do trabalho, explica que "estudos de vários países têm demonstrado que o auto-emprego e o

empreendedorismo migrante têm funcionado em diversos contextos como uma nova via de acesso ao mercado de trabalho dos países de acolhimento".

Embora o estudo esteja no início e se cinja à comunidade portuguesa radicada na Suíça, José Marques referiu que "os empresários nacionais têm aproveitado os emigrantes empreendedores para vender os seus produtos fora do país".

A este propósito, Nuno Oliveira diz que o "preocupa bastante a situação das empresas portuguesas", que não considera "competitivas". "Temos uma carga fiscal elevada e recursos humanos pouco qualificados, o que leva a baixa produtividade e produtos com pouco valor acrescentado". Diz que "seria necessário apostar na formação real de qualidade (a nível técnico e superior), investir em I&D e reduzir os encargos a nível de impostos das empresas".

Fuga de cérebros?

Há quem classifique este movimento emigratório de quadros qualificados como uma "fuga de cérebros", com tudo o que de negativo tal implica para o desenvolvimento de Portugal, mas Margarida Marques recusa esta lógica de pensamento. "A realidade migratória é altamente dinâmica, está sempre em movimento. Isto é extremamente positivo e é bom que os portugueses sem apreciados e reconhecidos no exterior", refere a investigadora do Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH/UNL).

Nuno Oliveira partilha da opinião: "Só quem nunca saiu de Portugal pensa que não temos valor. Estamos em pé de igualdade com os nossos colegas europeus, apenas precisamos de um sistema a funcionar e que retire o melhor dos nossos recursos", conclui este investigador do CERNE.

Apesar de o fenómeno emigratório ser bastante flutuante, não há, em Portugal, dados quantitativos que permitam fazer estudos mais profundos sobre estes novos emigrantes. Desde 2003 que o Instituto Nacional de Estatísticas deixou de coligir estes dados e o Observatório da Emigração, criado em 2008, encontra-se ainda a recolher indicadores estatísticos.

Pobres não são estúpidos ao migrarem para as cidades

Governos devem preparar centros urbanos para receber as novas populações, diz sul-africano especialista em favelas que participou do 5º Fórum Urbano Mundial, no Rio. Os pobres não são estúpidos. Ao migrarem do campo para as cidades, tendência mundial que muitos analistas veem como irreversível, fazem isso após avaliarem suas condições de vida em áreas rurais e compararem com o que encontrarão nas cidades.

As estatísticas dão razão a eles. Por isso, a tentativa de interromper o fluxo migratório tende a ser inútil, e o melhor a fazer é preparar as cidades para receberem essa população.

O alerta é de um dos maiores especialistas mundiais em favelas, o sul-africano William Cobbett, que foi um dos principais palestrantes do 5º Fórum Urbano Mundial, realizado na semana passada, no Rio.

Cobbett já visitou favelas em todo o mundo e conhece bem a realidade brasileira. Atualmente, é diretor-geral da organização Aliança de Cidades, financiada pelo Banco Mundial e que apoia projetos de melhoria das condições de vida em assentamentos precários no mundo.

Para ele, a América Latina deve ser tomada como exemplo das consequências de uma urbanização mal planejada.

Ao tentarem negar o direito dessas populações de terem terra e serviços nas cidades, os governos locais deram margem para o crescimento de poderes paralelos, que hoje são ameaça à segurança.

Não deve ser por isso, no entanto, que se deve agir para melhorar as condições de vida nesses locais. O mais importante é reconhecer o direito dessas populações à terra e aos serviços básicos de uma cidade.

Leia a seguir a entrevista que Cobbett concedeu à Folha durante o 5º Fórum Urbano Mundial.

FOLHA - A ONU acabou de realizar um fórum mundial sobre urbanismo no Rio. Encontros como esse não tendem a ficar apenas no discurso e a resultar em pouca ou nenhuma ação?

WILLIAM COBBETT - Temos que ser realistas quanto ao objetivo desses fóruns. Antes de partir para a ação, é importante formar consensos, nacionais e internacionais, sobre assuntos que precisam ser enfrentados e suas soluções possíveis.

É preciso criar um diálogo global sobre a importância das cidades, identificando seus

problemas sociais, econômicos e políticos, mas buscando também saídas para elas.

Além disso, há um aspecto importante, que é a troca de experiência entre cidades.

Nada do que acontece ou aconteceu na América Latina será completamente diferente do que está se passando agora em alguns países da Ásia ou da África subsaariana.

É importante ter o que chamamos de aprendizado horizontal, ou seja, cidades aprendendo a partir da experiência de outras cidades, países aprendendo com outros países, em vez de contar apenas com o antigo modelo de assistência técnica, do hemisfério norte para o sul.

FOLHA - Em 2007, pela primeira vez na história mundial, a população urbana superou a rural em todo o planeta. Trata-se de um fenômeno irreversível, ou ainda é possível pensar em estratégias para manter as populações no campo, para que elas não sobrecarreguem as cidades?

COBBETT - Cada país tem uma realidade distinta, mas a tendência global de urbanização é muito forte. Ela começou historicamente na Europa, nos Estados Unidos e em países da Ásia oriental. Depois se espalhou para a América Latina e agora acontece na África e no restante da Ásia. Pode-se discutir se ela é natural ou evitável, mas é fato que é uma transição demográfica em curso.

Acho que a resposta mais inteligente dos governos de países onde esse processo ainda está em curso é planejar com antecedência. É preciso ter consciência dos números e tendências, e é por isso que fóruns como esse são tão importantes. Em nenhum lugar do mundo houve sucesso em políticas de governos que tentaram manter pessoas em áreas rurais.

Se as pessoas querem migrar para as cidades, elas certamente o farão. Além disso, é preciso reconhecer que as pessoas pobres não são estúpidas. Elas olham para as condições que têm no momento e comparam com as cidades.

Se decidem migrar, fazem isso a partir de julgamentos. Elas pensam que, se mudarem para uma cidade, terão melhor acesso para elas e seus filhos a escolas, hospitais e serviços públicos em geral. E, estatisticamente, elas estão certas. É por isso que migram.

FOLHA - A transição do rural para o urbano então é positiva?

COBBETT - Não podemos fingir que a urbanização é uma resposta a todos os problemas. Definitivamente, não é. Se mal gerenciada, como

aconteceu na América Latina, governos terão que passar 10, 20, 40 anos resolvendo problemas de falta de planejamento.

É por isso que os países da África subsaariana ou a Índia, entre outros, têm muito a aprender com a experiência dos latino-americanos.

É importante se conscientizarem dos problemas que podem vir antes que eles se tornem inevitáveis e consumam décadas para serem resolvidos.

Eles precisam perceber que há um processo em curso e tentar o mais rápido possível se preparar para poder aproveitar os efeitos positivos que a migração do campo para as cidades traz para a economia.

É bom lembrar que todas as economias bem-sucedidas do mundo, sem exceção, passaram por um processo de urbanização e industrialização. Nenhum país atingiu níveis satisfatórios de renda sem passar por essa fase.

FOLHA - *Mas, ao menos na América Latina, a urbanização veio acompanhada do crescimento da violência. Na África e na Ásia, países pobres que passam por essa transição não correm sério risco de verem crescer em favelas grupos criminosos ou terroristas à margem do Estado?*

COBBETT - Sem dúvida, e devemos nos preocupar seriamente com isso. Mas não deve ser por isso que devemos agir para impedir que a população viva em condições precárias.

É dever dos governos planejar o futuro de seus países. O que vimos em muitas cidades foi um fracasso das autoridades em prover terras e serviços básicos para os mais pobres, reconhecendo sua cidadania. Se eu vou para a cidade e o governo não me dá terra, água ou energia, eu vou conseguir isso informal ou ilegalmente.

O fracasso de governos locais e nacionais em reconhecer esses direitos é o que cria espaço para sistemas de poder alternativos à margem do Estado.

Só que, em muitas cidades, em vez de serem reconhecidos como cidadãos ao chegarem, a mensagem que os pobres recebem é oposta: vocês não são bem-vindos, não te daremos terra nem serviços e não reconhecemos seu direito de estar aqui. Os governos que negaram isso acabaram fracassando e agora se sentem ameaçados pela imagem da insegurança.

Mas, repito, não deve ser esse medo que nos leve a agir.

FOLHA - *Mesmo melhorando as condições de vida em algumas favelas, as pessoas continuam carregando um estigma negativo por viverem ali?*

COBBETT - De fato, somente investir em favelas não resolverá o problema. É preciso mudar a forma como as pessoas de classe média e com propriedades veem a população que vive nessas áreas. Será que reconhecem que são cidadãos? Percebem que é preciso fazer investimentos não para que essas populações saiam dali, mas para que as favelas sejam incluídas e façam parte da cidade legal?

É a atitude discriminatória das elites que, em muitos casos, mantém os moradores de favelas nessa situação. A favela em si não é um problema, mas um sintoma da forma diferenciada com que as pessoas são tratadas nas cidades.

Além disso, em muitas cidades, a população em favelas ou assentamentos precários é a maioria da população. Então, não devemos encarar como um problema de favelas, mas como um problema das cidades.

FOLHA - *O sr. vem com bastante frequência ao Brasil. Notou desta vez alguma diferença em relação às condições de vida nas favelas?*

COBBETT - Acho que há uma mensagem positiva a ser dada ao resto do mundo em relação ao Brasil. A Constituição de 1988 e o Estatuto das Cidades, de 2001, são importantes marcos de melhoria do gerenciamento do acesso às terras. Mas vocês têm uma história de 500 anos que não se muda em dez. É um processo longo que requer uma política estável e investimentos constantes. Acho que é isso que o governo vem fazendo nos últimos oito anos, mas ainda há muito a fazer.

Eu visitei nesta semana, por exemplo, a Rocinha, e vi os investimentos que o PAC está propiciando no local.

Mas o lixo nas ruas ainda é visível. Todo mundo joga tudo em qualquer lugar.

Os investimentos são importantes para as comunidades perceberem que os governos reconhecem o direito de as pessoas estarem ali e tratá-las como cidadãos, mas ainda há um longo caminho a percorrer.

FOLHA - *O sr. conhece muitas favelas no mundo. Dá para identificar alguma peculiaridade das que já viu no Brasil?*

COBBETT - Em primeiro lugar, uma favela em Salvador é diferente de outra no Rio, que é diferente de uma em São Paulo. Mas uma característica do Brasil é que, aqui, vocês têm cidades fortes, e o prefeito tem autoridade para tomar muitas decisões importantes.

Em muitos países, o poder local não é tão forte.

Também chama a atenção na comparação das favelas brasileiras com as da Índia ou de países

africanos que, aqui, o nível de miséria é muito menor.

Obviamente, não se trata de uma competição, mas quando se visita uma favela nesses países

percebe-se que, apesar dos problemas, as condições de vida aqui são melhores.

Fonte:

http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1042:pobres-nao-sao-estupidos-ao-migrarem-para-as-cidades&catid=1:ultimas-noticias&Itemid=54 - 29.04.2010

Cerca de 30 mil bolivianos são escravizados no Brasil

Fugindo da pobreza, vivem no país explorados por compatriotas em fábricas de confecção

A busca por oportunidades de emprego e a fuga da pobreza empurram os bolivianos para fora de seu país. Em geral, eles tentam a sorte na Espanha, nos Estados Unidos, no Chile e na Argentina. Só no Brasil, os bolivianos são cerca de 250 mil, sendo que 200 mil moram em São Paulo e aproximadamente 30 mil são escravizados por compatriotas. Há ainda os que vivem em Santa Catarina, Mato Grosso e no Rio de Janeiro.

Os bolivianos escravizados, segundo levantamento feito pelas autoridades brasileiras, trabalham em fábricas de confecção em São Paulo.

A preocupação das autoridades brasileiras se concentra nos escravizados, que não se sentem atraídos pela política de regularização e anistia dos irregulares, implementada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva desde 2004 e ampliada em 2009.

Os bolivianos escravizados, segundo levantamento feito pelas autoridades brasileiras, trabalham em fábricas de confecção em São Paulo. Eles são admitidos por uma espécie de rede de bolivianos, que já vive no Brasil há mais tempo e que promete uma série de benefícios – altos salários, amparo previdenciário e assistência de saúde – e não cumpre.

Os escravizados chegam a trabalhar até 17 horas por dia, de acordo com relatos. Recebem por produção e um valor abaixo do mínimo. Moram mal, têm dificuldades com a língua portuguesa e

não conseguem se comunicar com os parentes no Brasil. Apesar disso, evitam denunciar as irregularidades com medo das ameaças dos compatriotas.

Um dos países mais pobres da América Latina, a Bolívia tenta melhorar seus índices de desenvolvimento humano, mas os dados ainda são alarmantes. Dos cerca de 9 milhões de habitantes, aproximadamente 27,7% são apontados como na linha de pobreza, segundo dados oficiais.

Os trabalhadores, em geral, são informais. O índice de desemprego na Bolívia atinge 10,2%, de acordo com dados do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Trabalho e da Agricultura. Especialistas afirmam que as dificuldades estão na baixa escolaridade da população, uma vez que 14% dos bolivianos são analfabetos.

Em julho do ano passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou decreto concedendo anistia aos irregulares no Brasil. Com isso, 42 mil estrangeiros que viviam no Brasil buscaram a regularização. Desse total, 16,8 mil eram bolivianos. Pelas estimativas do Ministério da Justiça, há cerca de 880 mil estrangeiros legais vivendo no Brasil – em sua maioria procedentes de Portugal, do Japão, da Itália e Espanha. Já no exterior existem aproximadamente 4 milhões de brasileiros.

Fonte: <http://portalwebnews.com/index.php/2010/01/23/cerca-de-30-mil-bolivianos-sao-escravizados-no-brasil/> - 21.01.2010

ENGLISH

Inquiry uncovers mistreatment and exploitation of migrant and agency workers

Commission finds evidence of widespread mistreatment of workers in the meat processing industry

An Equality and Human Rights Commission inquiry has uncovered widespread evidence of the mistreatment and exploitation of migrant and

agency workers in the meat and poultry processing sector.

Workers reported physical and verbal abuse and a lack of proper health and safety protection, with the

treatment of pregnant workers a particular concern. Many workers had little knowledge of their rights and feared raising concerns would lead to dismissal. While migrant workers were most affected, British agency workers also faced similar mistreatment.

The inquiry uncovered frequent breaches of the law and licensing standards in meat processing factories - some of which supply the UK's biggest supermarkets - and the agencies that supply workers to them. It also highlighted conditions which flout minimum ethical trading standards and basic human rights.

However, the inquiry also found examples of good practice with firms treating permanent and agency workers of all nationalities with respect. These firms benefitted as a result, by being able to attract and retain well motivated, loyal and increasingly skilled workers.

As a result of the inquiry, the Commission is making a number of recommendations. They include supermarkets improving their auditing of suppliers; processing firms and agencies improving recruitment practices, working environments and the ability of workers to raise issues of concern; and for the government to provide sufficient resources for the Gangmasters' Licensing Agency to help safeguard the welfare and interests of workers.

The Commission will review action taken over the next 12 months by supermarkets, processing firms and recruitment agencies, and will consider taking enforcement action if necessary.

The inquiry, which was launched in October 2008, examined the employment and recruitment practices in the sector to identify differences in pay and conditions between agency and temporary workers and employees with permanent or directly employed status.

One third of the permanent workforce and over two thirds of agency workers in the industry are migrant workers. At one in six meat processing sites involved in the study, every single agency worker used in the past twelve months was a migrant worker. This is in part due to difficulties in recruiting British workers to what is physically demanding, low paid work. It may also be due to perceptions amongst employers and agencies that British workers are either unable or unwilling to work in the sector.

More than eight out of ten of the 260 workers that gave evidence said that agency workers were treated worse than directly employed workers. Seven out of ten workers said they thought they were treated badly in factories or by agencies because of their race or nationality.

Physical and verbal abuse were not uncommon, with a fifth of workers interviewed reporting being pushed, kicked or having things thrown at them by line managers; over a third of workers interviewed said they had experienced, or witnessed verbal abuse, often on a daily basis. Workers also reported being refused permission to take toilet breaks, and subsequently urinating or bleeding on themselves at the production line.

A quarter of those interviewed said they had witnessed mistreatment of pregnant workers, such as the instant dismissal of agency workers who had announced they were pregnant. Pregnant women were also forced to continue to undertake work that posed risks to their health and safety, including heavy lifting and extended periods of standing.

Despite finding their experience in the workplace distressing and degrading, nearly one third of workers endured this treatment without complaint both because of fears that their work would be terminated as a result and that it would affect their goal of securing stable employment. These workers also had little knowledge of their rights or how to make complaints.

Conversely, the Commission found examples of firms who treated workers, both permanent and agency, of all nationalities with respect and dignity. The supermarkets have an important role in supporting and monitoring their suppliers. However, the findings from the inquiry clearly show that the ethical auditing systems used by supermarkets are not uncovering the mistreatment and that more action is needed.

Based on the findings of the inquiry, the Commission will be making recommendations to the key bodies - supermarkets, agencies, processing firms, government, regulators and unions - to encourage a systemic change in behaviour. These recommendations include

- Processing firms and agencies to use fair and transparent recruitment practices and provide workers with a safe working environment free from discrimination and harassment, where they are able to raise issues of concern without fear of the consequences.
- Supermarkets to improve their support to and auditing of suppliers
- Government to provide sufficient resources for the GLA to deliver on its task of safeguarding the welfare and interests of workers and broaden its remit to include other sectors where low-paid agency workers are at risk of exploitation.

Neil Kinghan, Director General of the Equality and Human Rights Commission said:

“The Commission’s inquiry reveals widespread and significant ill-treatment in the industry. We have heard stories of workers subjected to bullying, violence and being humiliated and degraded by being denied toilet breaks. Some workers feel they have little choice but to put up with these conditions out of economic necessity. Others lack the language skills to understand and assert their rights.

“While most supermarkets are carrying out audits of their suppliers, our evidence shows that these audits are not safeguarding workers and they clearly need to take steps to improve them. The processing firms themselves and the agencies supplying their workers also need to pay more than lip service to ensuring that workers are not subjected to unlawful and unethical treatment.

“We recognise that some retailers and processing firms have taken steps to operate in a way which improves the treatment of workers in the sector.

However, there is still a lot that they and others could do. If the situation does not improve over the next twelve months, the Commission will consider using its regulatory powers to enforce change where necessary.

The Association of Labour Providers (ALP) welcomed the Commission’s report, saying:

“The recommendations merit careful study by government, regulators, supermarkets, labour providers and labour users. The ALP is willing to discuss the issues with the other parties. Some of the recommendations, such as paying workers for travelling time and engaging workers on contracts of employment rather than contracts for services, are not possible unless there is a commitment from retailers and labour users to meet such costs, and past experience suggests that this is unlikely.”

Fonte: <http://www.equalityhumanrights.com/media-centre/2010/march/inquiry-uncovers-mistreatment-and-exploitation-of-migrant-and-agency-workers/> - 13.03.2010

ILO study focuses new attention on adopting a “rights-based approach” to meet the needs of the world’s 105 million migrant workers

GENEVA (ILO News) – Amid growing challenges due to the global economic crisis, a new ILO study highlights the need to adopt a “rights-based approach” to provide a “fair deal” for the world’s 105 million migrant workers.

The new study, entitled “International Labour Migration: A rights-based approach” (Note 1), examines trends in international labour migration, its impacts on origin and destination countries, and conditions of work experienced by migrant workers. The study also explores how standards can be used in the formulation and implementation of migration policies and practices.

The study brings out the positive contributions made by migrant workers to both their countries of employment and origin. However, it also highlights the decent work and protection deficits they still experience today, including low wages, non-payment of wages, unsafe working environments, a virtual absence of social protection, denial of freedom of association and workers’ rights, discrimination and xenophobia.

“International migration is primarily a labour market, employment and decent work issue, and less a security and asylum seeker-refugee issue”, says Ibrahim Awad, chief of the ILO’s International Migration Branch. “The challenge is to govern migration in such a way that it can serve as a force for growth and prosperity in both origin and

destination countries, while protecting and benefitting migrant workers themselves.”

“The current global financial and economic crisis highlights the role that the ILO should play in the international arena in looking at the integration of employment and financial policies,” Mr. Awad said.

The ILO study also says:

International migrants estimated at 214 million in 2010 represent only three per cent of the global population;

Women make up almost 50 per cent of international migrants;

Migrant workers (economically active among total migrant population) are about 105 million in 2010; and,

Migrant workers – who migrate for employment - and their families account for about 90 per cent of total international migrants.

The study concludes that national and international governance of labour migration should recognize that most migration is in search of decent work, and thus provide greater legal opportunities for labour mobility; that policies should be based on recognition of mutual benefits to both origin and destination countries; that protection of migrant rights is central to realizing development benefits of migration for all parties; that comprehensive

approaches to irregular migration are needed including addressing its root causes.

The study also calls for bilateral, regional and multilateral cooperation between governments, social partners, and other stakeholders concerned with migration to improve the governance of the migration process, ensure protection of migrant workers, and secure development benefits of labour migration for all parties.

The study draws upon recent international debates on the issue of labour migration, as reflected in the

2004 ILO Resolution on a fair deal for migrant workers in the global economy, the related ILO plan of action for migrant workers, and the ILO's Multilateral Framework on Labour Migration adopted in 2006. The development of the ILO Multilateral Framework was a major step by the ILO in defining a rights-based approach to labour migration.

Fonte:

http://www.ilo.org/global/About_the_ILO/Media_and_public_information/Press_releases/lang--en/WCMS_125324/index.htm - 31.03.2010

The Rights Of Undocumented Immigrant Workers Injured On The Job

Immigrants, including those without documentation, work in some of the most dangerous jobs in the United States. Immigration rights and "reform" are major issues of the 2008 Presidential campaign. Here, in the five boroughs of New York, the immigrant community works thanklessly. As one elected official has noted, immigrant workers are "lifting our entire city a few inches" each day.

When a worker gets hurt on the job, New York State law provides that he or she may recover what are known as workers compensation benefits. Workers' compensation is insurance that provides cash benefits for lost wages and/or medical care for workers who are injured or become ill as a direct result of their job. Employers pay for this insurance, and cannot require the employee to contribute to the cost of compensation.

It is important to remember that workers compensation benefits protect all workers, including foreign workers without documentation.

Compensation for work-related injuries is not always limited to workers compensation benefits. In many instances, an employee may bring a lawsuit for compensation separate and apart from receiving workers compensation. Although an employee may not, in most cases, sue his or her employer, there may be other parties responsible for a work-related accident that can be sued.

Again, foreign workers without documentation may bring such lawsuits.

There are the three common types, (although there are others) of work-related accidents in which lawsuits may be filed in addition to filing an application for workers compensation. These are: 1) construction accidents; 2) accidents involving cars; and 3) accidents involving dangerous machines.

1. Construction Accidents

Construction work, such as carpentry, bricklaying, ironworking, and demolition, as well as painting at various elevations, can be very dangerous.

Workers may breath in poisonous fumes. They may fall from great heights. Workers may be injured because of violations of building and safety codes. New York State has enacted Labor Laws that protect workers by making property owners and general contractors, not just employers, responsible for making sure that those involved in certain types of work are provided with the proper equipment and safety devices.

These Labor Laws are designed to protect workers from such things as falls from scaffolds and ladders, building collapses, falling objects, and other worksite hazards. Both the owner and the general contractor may be responsible for violations of these laws even if another contractor, such as the worker's employer, was negligent.

In this type of situation, a worker may recover both benefits from his employer's worker's compensation insurance company and is able to sue, for money damages, the property owner and other contractors who violated the law.

2. Accidents Involving Cars

Many immigrants find employment in New York in the City's enormous restaurant business. For those who work to deliver food in the five boroughs, a bicycle is a necessity. Unfortunately, cars often speed or drive carelessly, posing a real danger to workers on bicycles. If a bicycle deliveryman is struck and injured by a car, he is not only entitled to receive workers compensation benefits, he may also sue the driver and/or owner of the car. In the event the deliveryman is killed, not only can his family receive workers compensation death benefits, his surviving spouse and/or other

relatives may sue the driver and/or owner of the car directly.

3. *Accidents Involving Dangerous Machines*

Community members who work in commercial bakeries and factories are often required to use dangerous machinery and equipment. For example, dough mixing machines and metal polishers have powerful motors and rapidly moving blades or grinding wheels. Too often these machines do not come with the appropriate guards or safety features, such as an emergency shut-off switches. A worker's hand, arm or even head may become trapped and injured in these machines. Conveyor belts also pose a real danger of injury.

If a machine malfunctions because it was not properly designed or manufactured and causes an injury, a worker may sue the manufacturer of the product to recover money damages.

When such a machine injures a worker, it is always advisable to speak with an attorney about not only a workers compensation claim, but also a possible lawsuit against the manufacturer of the equipment at issue. The time to act is as soon as possible! Expert engineers may need to investigate the accident and examine the machine. Very often the machine remains in the custody of the employer, and a Court Order must be obtained to inspect it.

Designers and manufacturers of machines may be responsible for injuries their products cause if the injured worker can demonstrate, through an attorney, that the product is "unreasonably dangerous," that is, defectively designed or manufactured. For example, cutting equipment should have safety guards to prevent operators from unintentionally coming into contact with blades. Emergency shut-off switches should be present and easy to reach. Machines should never present an electrocution hazard to operators.

CONCLUSION

Your family depends upon you for support. When you are injured at work, not only is it important to get the medical care you need, it is equally critical to obtain the workers compensation benefits you are entitled to.

Compensation for lost wages and coverage for medical care can make all the difference to injured workers and their families. In the unfortunate event that you are injured, make sure that you or a family member contacts reputable, and competent injury attorneys to help you secure these benefits and determine whether or not you may also bring a lawsuit.

Fonte: <http://www.injurytalkny.com/?p=206> - 07.04.2010

Vulnerable workers, vulnerable brands: migrants in the supply chain

"All our employers are interested in is our work. When there's no work, they kick us out. We want to be treated like human beings, not like animals."

Abdelilah, a 28 year old Moroccan, works in the Spanish agricultural town of El Ejido, on the coast of Andalusia. Here, not far from the swarming tourist resorts of the Costa del Sol, mile after mile of white plastic greenhouses stretch as far as the eye can see. Beneath their roofs, tens of thousands of migrants from Morocco, Romania, Mali and Senegal pick tomatoes, fruit and vegetables in the soaring heat. With close to 27,000 hectares, the site exports one third of Europe's fresh fruit, mostly to Germany, France and the UK.

In common with one in four of his fellow workers, Abdelilah is undocumented. He is given the dirtiest and most dangerous jobs to do, such as spraying chemicals, for which he receives 20 Euros a day. At night he dosses down in an overcrowded barn. His countryman, Mousaid, who has a law degree, lives nearby in a makeshift plastic shack. He says:

"We thought Europe was going to be the El Dorado that would give us what our own country and government never could. Instead, I live in conditions I could never have imagined at home."

Migrant workers like these are especially vulnerable to abuse and exploitation. Cut off from their loved ones and support networks; often unaware of local laws, languages and customs; and frequently denied the same rights as local workers, migrants are seen as easy prey by unscrupulous agencies and employers.

This exploitation often starts before they've even left home. In many poor countries, unregulated recruitment agencies target the vulnerable, demanding huge loans to cover their fees for arranging travel and placing them in work.

Once in their host country, for many, hopes soon fade when they realise they must plough the majority of their wages into loan repayments. Their situation is compounded by widespread discrimination in pay, employment status and promotion opportunities, while in some countries, national law prohibits even legal migrants from

joining trade unions. Given this lack of protections, it's little wonder that in the EU, twice as many migrant workers die or are injured at work than local workers.

Most major UK companies accept that they have a clear moral obligation to do all they can to prevent, detect and eliminate the exploitation of migrant workers in their supply chain. No less clear are the risks, in terms of both material and reputational damage, that such abuses pose to their business; high street brands that fail to address this issue do so at their peril.

At the Ethical Trading Initiative, we support our member companies to tackle some of ethical trade's most intractable problems. We know from the experience of our members that getting to grips with the presence of migrant workers in a supply chain is fraught with difficulties, not least their virtual invisibility: as they are usually contracted through a long chain of different labour brokers, it is often very difficult to find out where they are employed, let alone how they are treated. Another challenge arises from the fact that exploitation often starts at the point of recruitment, in countries of origin. Audits of workplaces may not pick this up.

Despite these challenges, companies are beginning to find innovative ways to promote responsible and ethical recruitment and employment practices toward migrant workers. For example, some retailers have introduced codes of conduct for their suppliers that refer explicitly to migrant workers. These include safeguards against the most common forms of abuse, such as ensuring that the employment contract is in the language of the migrant, and is between the worker and the employer, not a third party; and that migrant workers' salaries are paid directly to their bank accounts and not via recruitment agents.

Equally vital are longer-term capacity building measures, such as actively encouraging the establishment of freely elected migrant worker committees, or training supervisors and factory managers so that suppliers can proactively share in the company's commitment to addressing violations of migrants' rights.

Yet while there is a great deal that companies can do in their own supply chains to root out exploitation of migrant workers, this remains at bottom a global, systemic problem.

In many countries that rely heavily on migrant labour, legal safeguards to protect migrant workers are either absent from the statute books or poorly enforced, if at all. As a result, abusive practices

become endemic. Companies quite rightly feel that this "governance gap" crucially undermines their own risk mitigation strategies. Ultimately, without more engagement from governments and much firmer regulation, even the best collective efforts of retailers will have limited impact.

Retailers urgently need a means of linking the practical steps they are taking in their own businesses with a wider, co-ordinated collaboration between companies, government and civil society aimed at influencing international policy.

Action to create a space in which this can happen is already underway. The Ethical Trading Initiative is working alongside the Institute for Human Rights and Business and the International Business Leaders Forum to organise a series of roundtable meetings designed to galvanise key players. The first of these, in March, brought together 35 representatives from global retail brands, the recruitment industry, NGOs, and international trade unions.

As a first step, all agreed on the need to develop a common set of guidelines on good practice, out of which will come practical tools to help brands and suppliers manage risk, identify migrant workers' needs and recruit and employ ethically. A full report of the first roundtable is now available:

In parallel to this forum, we hope to build the foundations for an international multi-stakeholder alliance that can engage governments and lobby collectively for stronger protections for migrant workers.

Further discussions will be needed in source countries to ensure our goals are rooted in a wide range of perspectives, including those of recruitment agencies and suppliers at every level of the supply chain.

Complex and challenging as the issues are, momentum is gathering; there is now a growing conviction among a wide range of stakeholders that together we can act as effective catalysts for change.

By using our collective influence where it counts, we can promote policies and practices that positively harness the vital contribution that migrant workers make to business and the global economy, while granting them the respect and dignity they surely deserve.

Stephen Rylance is the Communications Director for The Ethical Trading Initiative.

Fonte:
http://www.institutehrb.org/blogs/guest/vulnerable_workers_vulnerable_brands-migrants_in_the_supply_chain.html - 21.04.2010

Amnesty International: Widespread Abuse of Migrant Workers a ‘Human Rights Crisis’

Invisible Victims: Migrants on the Move in Mexico, documents the alarming levels of abuse faced by the tens of thousands of Central American irregular migrants that every year attempt to reach the US by crossing Mexico.

“Migrants in Mexico are facing a major human rights crisis leaving them with virtually no access to justice, fearing reprisals and deportation if they complain of abuses,” said Rupert Knox, Mexico Researcher at Amnesty International.

“Persistent failure by the authorities to tackle abuses carried out against irregular migrants has made their journey through Mexico one of the most dangerous in the world.”

Kidnappings of migrants, mainly for ransom, reached new heights in 2009, with the National Human Rights Commission (CNDH) reporting that nearly 10,000 were abducted over six months and almost half of interviewed victims saying that public officials were involved in their kidnapping.

An estimated six out of 10 migrant women and girls experience sexual violence, allegedly prompting some people smugglers to demand that women receive contraceptive injections ahead of the journey, to avoid them falling pregnant as a result of rape.

On 23 January 2010, armed police stopped a freight train carrying over 100 migrants in Chiapas State, southern Mexico.

Veronica (not her real name) said that Federal Police forced her and the other migrants to leave the train and lie face down on the ground, before stealing their belongings and threatening to kill them unless they continued their journey by foot along the railway. After walking for hours, the group was assaulted by armed men who raped Veronica and killed at least one other migrant.

Two suspects were later detained after a local activist helped the migrants file a complaint but no

action was taken against the Federal Police, despite migrants identifying two officers allegedly involved.

“Mexico has a responsibility to prevent, punish and remedy abuses whether these are committed by criminal gangs or public officials,” said Rupert Knox.

The Amnesty International report calls for immediate action to ensure migrants’ access to complaint mechanisms regardless of their status and ensure effective investigations.

The vast majority of migrants traveling through Mexico are Central Americans headed for the US border in search of work.

Ruben Figueroa, a Mexican human rights defender who provides shelter and food for migrants, told Amnesty International: “They leave their homes because of the extreme poverty where they come from, the journey north is a nightmare for them but they do it for the families they have left behind.”

The Mexican government has often stated its commitment to protect the rights of migrants, whatever their legal status and is a leading promoter of migrants’ rights on the international stage.

Despite some welcome measures in recent years, for example better protection of the rights of unaccompanied children and criminalization of people trafficking, this has often in reality failed to prevent and punish abuses against migrants.

Amnesty International’s recommendations to address the human rights crisis include:

Legislative reforms to ensure access to justice

Establish a federal task force to coordinate and implement measures

Compile and publish data on abuses against migrants and the steps taken to bring those responsible to account, including public officials.

Fonte: <http://swilliamsjd.wordpress.com/2010/05/02/amnesty-international-widespread-abuse-of-migrant-workers-a-human-rights-crisis/> -02.05.2010

Study touts long-term advantages of foreign workers

A study released Monday said immigrant workers in the long run are good for the economy.

Immigrant workers reduce job opportunities for native-born workers in the short run, but improve the economy after several years, thus making it easier for everybody to be hired, according to a study released Monday.

“Immigration may slightly reduce native employment and average income at first,”

according to the 26-page report *The Impact of Immigrants in Recession and Economic Expansion*. “In the long run, immigrants do not reduce native employment rates, but they do increase productivity and hence average income.”

The report, issued by the Washington-based Migration Policy Institute, based its conclusions on

an analysis of U.S. Census data from 1960 to 2008. To assess long-term effects, the report's author looked at 48 years of state population and employment data. For the short term, they analyzed population surveys since 1994.

The report is one of the latest efforts by groups favoring immigration reform to show that foreign nationals in the U.S. work force help advance national interests.

As the debate over legalization of undocumented immigrants heats up in the aftermath of Arizona's high-profile immigration control law, one of the pivotal points centers on whether foreign workers help or harm U.S.-born workers.

Those who favor immigration reform argue that legalizing the estimated 10.8 million undocumented immigrants in the country will improve the economy. Those who oppose reform argue that legalization will further depress the labor market for U.S.-born workers and legal residents.

Recent reports by the Center for Immigration Studies, a Washington group that favors tighter immigration controls, indicate that undocumented immigrant workers tend to hurt the job prospects of less-educated U.S.-born workers and teen workers.

“In 1994, nearly two-thirds of U.S.-born teenagers were in the summer labor force,” a new report by the center said. “By 2007 it was less than half. At the same time, the overall number of immigrants [legal and illegal] holding a job doubled. The evidence indicates that immigration accounts for a significant share of the decline in teen labor force participation.”

To some foreign day laborers who every morning stand on street corners in South Florida looking for

work, the economy is just now showing slight signs of improvement.

They say there are a few more jobs now than in the last two years when thousands of undocumented workers left the country because of lack of work, particularly in the construction industry.

“There is a ray of hope,” said Victor Salazar, a 35-year-old Nicaraguan waiting for work in the parking lot of a shopping mall near the junction of Florida's Turnpike and Bird Road, in a recent interview. “This time last year, I was getting work one or two days a week. Now, I work three days a week most of the time.”

A recent report by Homeland Security's Office of Immigration Statistics showed that the “unauthorized” immigrant population in the United States decreased to 10.8 million in January 2009 from 11.6 million in January 2008.

The report said the decline in undocumented immigrants was “coincident” with the U.S. economic downturn.

The Migration Policy Institute report issued Monday said the short-term effect of immigrants on the labor market refers to one to four years while long-term equals seven to 10 years.

“In the short run, immigration may slightly reduce native employment and average income at first, because the economic adjustment process is not immediate,” the report said. “The long-run gains to productivity and income become significant after seven to 10 years.”

Fonte: <http://www.miamiherald.com/2010/06/08/1668567/study-touts-long-term-advantages.html> - 08.06.10

The immigration brain drain

FORTUNE -- If you're an immigration lawyer, this is a busy time of year. Each April the U.S. begins to accept new applications for H-1B work visas -- the sort reserved for the highly skilled foreigners coveted by U.S. firms. This year 65,000 H-1B visas are available.

Things are off to a plodding start thus far: As of May 6, only 18,000 applications had been filed for regular H-1Bs, a slower pace than in the past, and evidence -- were any more needed -- that the economic recovery has not so far led to a wave of hiring.

But with immigration reform a hot topic in Washington, you can bet that the old arguments

about H-1Bs will soon be trotted out: Labor groups will claim that they depress wages and take jobs from Americans, a point with obvious relevance given today's unemployment rates. Businesses, especially the high-tech sector, will assert that each H-1B visa holder creates another four jobs and that securing the best talent from around the world is vital to our competitiveness.

I had better declare an interest. I was born in England, and I was lucky enough to receive an H-1B myself, the first step on a journey that ended with U.S. citizenship. That notwithstanding, I admit to a sneaking sympathy with the scheme's critics, if only because anytime I hear a policy justified by the use of the word “competitiveness,” I reach for

my BS detector. If a nation cannot be competitive when it accounts for nearly a quarter of world output, sits on abundant natural resources, has most of the world's best universities, and has had a stable constitutional system for some 200 years, a supposed shortage of computer scientists is the least of our worries.

I would argue for a fuller debate about high-skilled workers, one that doesn't ignore a key constituency: immigrants' countries of origin. It's fine to say that the U.S. (and other rich nations) need the world's best, but what happens to the places they leave?

A recent World Bank report on nursing in the English-speaking Caribbean tells the story. Local demand for nurses, the bank found, exceeds supply by about 30%; emigration is a key explanation for the gap. The bank estimated that roughly three times as many Caribbean-trained nurses are working overseas (especially in the U.S., Canada, and Britain) as at home. And the report found that the brightest nurses were the ones leaving to work abroad.

Migration from the developing world is often a function of smart people fleeing badly managed, corrupt economies that haven't invested in health and education. But the poor countries that are trying to do the right things and there are many -- need the best and brightest working in their agricultural colleges and finance ministries if they are to ever get richer. Bluntly, they need that brainpower more than we do.

I don't mean to imply that emigration doesn't benefit countries of origin. As Kathleen Newland of the Migration Policy Institute in Washington, D.C., points out, in many ways it does -- through

remittances, of course, but also because emigrants invest in their home countries, funding schools and raising skill levels. Besides, there is a basic human right to make the most of your talents, something that benefits us all: It does not expand the sum of human potential to tell a brilliant Malian scientist that he has to stay at home working in poorly funded labs rather than chase his dreams at MIT.

What all this really amounts to is a plea to look at migration in the round. With the possible exception of Canada, I can't think of a single advanced economy right now where immigration is not a political issue. It needs addressing with nuance and sophistication, or the increasing worldwide flow of people in search of opportunity is going to lead to resentment in countries of origin and xenophobia in those of destination.

Put it this way: If the rich world is going to suck up the best brains of the world, then it has an obligation to give something back to the places they have left -- not for any economic gain but simply because it is the right thing to do. (Bill Gates, who has often made the case for liberal immigration laws on the grounds of U.S. competitiveness, gives back more than anyone in the world.) There are plenty of ways to help. Programs such as Tony Blair's African Governance Initiative, for example, put rich-world expertise at the disposal of poor nations eager to modernize their governing capacity. We need more ideas like that. And rather less bleating from employers in the richest country in the world that they are entitled to soak up global talent like a sponge.

Fonte:

http://money.cnn.com/2010/06/14/news/economy/immigration_brain_drain.fortune/ - 14.06.10

ESPAÑOL

La crisis económica no produce un éxodo de trabajadores inmigrantes

La llegada de extranjeros se ha frenado, pero la vuelta a casa sólo se está registrando en la comunidad ecuatoriana

La crisis económica está afectando de lleno a los inmigrantes. En torno al 34% de los trabajadores extranjeros que viven en la Región están en paro, pero eso no se está traduciendo de momento en un éxodo más o menos generalizado. Eso sí, la llegada de más extranjeros, masiva en los años de bonanza, se ha frenado en seco, como demuestran los datos tanto del padrón como la de Oficina de Extranjería.

En la Región de Murcia hay 211.270 extranjeros regularizados y de ellos 87.293 están dados de alta en la Seguridad Social. En torno al 34% está en paro, 11 puntos por encima de la media regional, según datos de la Encuesta de Población Activa facilitados por Fulgencio Puche, director general de la Oficina de Extranjería, que ofreció ayer una conferencia sobre la situación de los inmigrantes en el marco de las jornadas

interculturales 'Convivir en tiempos difíciles', organizadas por la Plataforma de la Inmigración de Molina de Segura.

Pese a que la crisis está afectando muy duramente a los trabajadores inmigrantes, el director de la Oficina de Extranjería destaca que esta situación no ha provocado ningún tipo de éxodo a sus países de origen. El retorno sólo es perceptible en la comunidad ecuatoriana: unas 1.200 personas han optado por capitalizar el paro y regresar a Ecuador acogiéndose a los planes de retorno voluntario puestos en marcha por el gobierno de aquel país y también por el gobierno español.

También han salido de la Región un buen número de bolivianos, pero «resulta difícil cuantificar la cifra» porque se trata de personas que se encontraban en situación irregular. Muchos de quienes se plantean volver consiguieron visado en marzo de 2007, pero están acabando el plazo de regularización sin encontrar trabajo.

Puche destacó que la población extranjera está aportando «riqueza humana, cultural y económica» porque, aun en época de crisis, sectores como la agricultura, las tareas del hogar y el cuidado de mayores dependientes siguen siendo soportados por personas de otras nacionalidades. «Entre el 90% y el 95% de los

servicios domésticos los realizan personas inmigrantes», señaló.

Desaceleración

Aunque no se ha producido un éxodo masivo, sí se ha detectado una clara desaceleración en el flujo de inmigrantes que llegan a la Región. Según los datos de la Oficina de Extranjería, el incremento es apenas del 0,55% en el último año. Además, este pequeño aumento obedece en realidad a los hijos de inmigrantes nacidos en la Región y no a la llegada de más extranjeros.

En 2009 se produjeron 2.988 nacimientos y en los cuatro primeros meses del presente ejercicio 1.333. En estos momentos, las únicas entradas en la Región corresponden a cónyuges e hijos que se reagrupan con la familia. «La población inmigrante en Murcia es la más estable del país», recalca Puche.

La población marroquí sigue siendo la más numerosa entre los extranjeros no comunitarios (en torno al 30% del total de inmigrantes), seguida por la ecuatoriana y boliviana (que desciende), la colombiana y ucraniana.

Fonte: <http://www.laverdad.es/murcia/v/20100529/region/crisis-economica-produce-exodo-20100529.html> - 29.05.10

OIT pretende mejorar situación de trabajadores domésticos

14 de junio de 2010, 18:02 Ginebra, 14 jun (PL) La 99 Asamblea Mundial de la Organización Internacional del Trabajo (OIT) ultima detalles para un nuevo instrumento jurídico internacional que mejorará la protección de los empleados domésticos, tanto jóvenes como adultos.

Desde principios de junio, gobiernos, trabajadores y representantes de los empleadores de todo el mundo negocian en Ginebra un proyecto encaminado a legalizar la situación de esos trabajadores, muchas veces sobre-explotados e ignorados por la legislación laboral, afirmó la OIT.

Los promotores de la nueva legislación ya cuentan con el voto mayoritario de los gobiernos para llegar a un tratado jurídicamente vinculante, que establezca una edad mínima y la protección del derecho a la educación de los niños que laboran en el servicio doméstico.

Según la OIT, incluso en países con una buena legislación laboral los empleados domésticos no son vistos como verdaderos trabajadores, por lo que no reciben un salario mínimo, ni descanso adecuado u horarios establecidos.

Además, cerca de 87 millones de niños y niñas en el mundo trabajan en esas labores en condiciones similares a la esclavitud: mal pagados, sin protección y con una carga laboral excesiva.

Organizaciones sociales defensoras de los derechos de los menores citan investigaciones según las cuales en 16 países los niños comienzan a trabajar a los siete años y son objeto de acoso sexual, palizas, bajos salarios y largas jornadas.

De acuerdo con esas pesquisas, uno de los principales problemas es que los pequeños trabajan en casas particulares, a menudo ocultos de la mirada pública, lo que los pone en riesgo de sufrir abusos.

Las actuales conversaciones tratan de ultimar el proyecto de tratado, que será ajustado en los próximos 12 meses, para ser aprobado por los miembros de la OIT en 2011, al que seguirá un proceso de ratificación.

Fonte: http://www.prensa-latina.cu/index.php?option=com_content&task=view&id=197400&Itemid=15 - 14.06.2010

HRW denuncia los abusos contra las empleadas de hogar inmigrantes en Asia y Oriente Próximo

La organización lamenta las escasas reformas laborales de los gobiernos asiáticos y de Oriente Próximo

La organización Human Rights Watch (HRW) ha denunciado este miércoles que las reformas laborales emprendidas por los gobiernos asiáticos y de Oriente Próximo están muy por debajo de las protecciones mínimas necesarias para hacer frente a los abusos que sufren las mujeres inmigrantes que trabajan como empleadas de hogar.

A pesar de las recientes mejoras, millones de mujeres africanas y asiáticas que son empleadas domésticas se enfrentan a la explotación y a situaciones de violencia, según el informe que HRW ha publicado previo al 1 de mayo, Día Internacional del Trabajo.

El informe 'Lenta Reforma: Protección de las Trabajadoras Domésticas Inmigrantes en Asia y el Oriente Próximo' revisa las condiciones laborales de ocho países: Líbano, Jordania, Arabia Saudí, Kuwait, Emiratos Árabes Unidos, Bahrein, Singapur y Malasia, que cuentan con un amplio número de este tipo de empleadas.

Varios países de Oriente Próximo y Asia dan acogida a un número importante de empleadas domésticas inmigrantes, que van desde 196.000 en Singapur y 200.000 mujeres en Líbano, 660.000 en Kuwait y 1.5 millones en Arabia Saudí. Este tipo de trabajo es un empleo casi fundamental para mujeres de Indonesia, Sri Lanka, Filipinas, Nepal, India y de Etiopía y sus ingresos constituyen una proporción significativa de los miles de millones de dólares de las remesas enviadas cada año a sus países de origen.

Durante los últimos cinco años, los investigadores de HRW han demostrado que los inmigrantes que trabajan en el servicio doméstico se enfrentan a una serie de abusos como el impago de salarios, el exceso de horas de trabajo sin descanso estipulado y las tasas exorbitantes de contratación. También comprobaron que estar aislado en una casa particular y estar confinado en el lugar de trabajo contribuye a la violencia psicológica, física, sexual, al trabajo forzoso y al tráfico de personas.

Reformas

El informe examina los progresos en la ampliación de la protección de los trabajadores del hogar en la legislación laboral y reclama la reforma de los sistemas que contribuyen a su abuso, que se asegure la respuesta efectiva por parte de la Policía y los tribunales a la violencia física y sexual

y que se permita a la sociedad civil y a los sindicatos a organizarse.

"Varios Gobiernos han hecho mejoras concretas para los trabajadores del hogar inmigrantes en los últimos cinco años, pero en general, las reformas han sido lentas, progresivas, y muy discutidas", explicó la investigadora sobre los derechos de las mujeres de HRW, Nisha Varia. La mayoría de los gobiernos excluyen a los empleados domésticos de su legislación laboral, negándoles protección que sí se garantizan a los demás trabajadores, como la limitación de los horarios de trabajo o un día de descanso semanal.

Las reformas laborales "suelen encontrar una fuerte resistencia tanto de los empresarios, que están acostumbrados a que la empleada de hogar esté todo el día, como de los propios trabajadores que se benefician de un sistema mal regulado", señaló Varia. "Los gobiernos deberían hacer de la protección de estos trabajadores vulnerables una prioridad", añadió.

Sólo Jordania ha modificado su legislación laboral para incluir a los empleados de hogar bajo garantías de protección, como la domiciliación bancaria mensual de su sueldo, el establecimiento de un día libre semanal, vacaciones anuales pagadas y el pago por enfermedad, y una jornada laboral máxima de 10 horas. Sin embargo, las trabajadoras domésticas no pueden salir del lugar de trabajo sin permiso de su patrón.

Las medidas tomadas por Jordania "merecen crédito por incluir el trabajo doméstico en su legislación laboral", declaró Varia. Sin embargo, en el caso de Singapur "se han perseguido enérgicamente los abusos físicos contra las trabajadoras domésticas, pero no se les garantiza ni siquiera un día libre a la semana", añadió Varia.

El informe denuncia a los gobiernos de Líbano, Emiratos Árabes Unidos, Kuwait, Bahrein, Arabia Saudí y Malasia por anunciar reformas para extender derechos a estos trabajadores y sin embargo, después de pasar varios años, ninguno ha adoptado las prometidas reformas.

"En lugar de garantizar la protección bajo las leyes laborales, los gobiernos han creado contratos de empleo o han firmado acuerdos bilaterales con países que proporcionan mano de obra", acusó Varia. "Los contratos de trabajo y los acuerdos bilaterales son mejores que nada, pero una menor protección por parte de las leyes laborales

refuerza la discriminación contra las empleadas domésticas".

La regulación del trabajo doméstico no sólo se está produciendo a nivel nacional, sino también a nivel mundial. La Organización Internacional del Trabajo comenzará el próximo junio una reuniones

formales para abordar la relevancia de la protección de esta importante fuente de empleo para miles de personas en el mundo.

Fonte: <http://www.europapress.es/epsocial/ong-y-asociaciones/noticia-hrw-denuncia-abusos-contra-empleadas-hogar-inmigrantes-asia-oriente-proximo-20100428135211.html> - 28.04.2010

La fuga norteamericana de cerebros

El sueño americano siempre atrajo a muchas personas emprendedoras de todo el mundo. Sin embargo, últimamente algunos inmigrantes indios prefieren abandonar Estados Unidos para regresar a su tierra natal.

Según estudios realizados, un 10% de los millonarios en Estados Unidos son indios. ¿Le suena el nombre Google? ¿O el Valle del Silicio? Pues bien, inmigrantes indios son dueños de una parte de ambos. Sin embargo, Shobhit Bharga es uno de miles que han decidido hacer las maletas y partir de regreso a su tierra natal. Dice que el trabajo que le ofrecieron allí no tiene comparación con lo que le puede proponer Estados Unidos.

"En India hay oportunidades que seguramente son mucho mejores que lo que tengo aquí", señaló.

Este reciente fenómeno es llamado a veces como "la fuga de cerebros norteamericana". Shobhit es el padre feliz de dos hijos y ha hecho una buena carrera en una gran empresa de tecnologías de la información. Sin embargo, poco a poco comprendió que al fin y al cabo el sueño americano no es su sueño.

"Estoy atascado en una situación en la que no puedo elegir entre muchas opciones, incluso ni siquiera asumir más responsabilidades en la organización donde trabajo", explicó Shobhit.

Sin embargo, en las actuales condiciones de la crisis económica no es tan sorprendente que los inmigrantes bien calificados prefieran abandonar el país. Mientras que en la economía norteamericana

se espera la siguiente reducción para el año que viene, a la India se le pronostica un crecimiento de casi un 5%.

Es por eso por lo que la gente con olfato empresarial, como Jai Saboo, están reorientando sus prioridades. Él ya pasa casi la mitad de su tiempo en la India y cree que la idea de emprender el viaje de regreso podría tener sentido.

"Regreso porque creo que es allí donde se llevará a cabo el siguiente ciclo de desarrollo. Ahora hay muchos buenos empresarios indios o chinos que vuelven y dicen que allí es donde van a comenzar su negocio", señaló.

En el caso de Estados Unidos, no se trata simplemente de la mano de obra adicional, sino también de los que edificaron el bienestar del país, ladrillo a ladrillo.

"Este país fue construido por los inmigrantes que buscaban una vida mejor. Pero algunas cosas políticas que hicimos empiezan a revertir esta tendencia. Creo que ya se puede percibir el impacto negativo que continuará influyendo en la economía del país", resaltó Jai Saboo.

Pero, ¿qué va a pasar con Estados Unidos cuando el pequeño escape de inmigrantes se convierta en un enorme raudal que se llevará consigo a los cerebros y también el dinero?

Fonte: http://actualidad.rt.com/actualidad/ee_uu/issue_8580.html - 15.05.10

Grandes marcas se aprovechan de inmigrantes bolivianos en Argentina

Una lista de 88 empresas de indumentaria que explotan a inmigrantes bolivianos en Argentina, entre las que se cuentan conocidas marcas, son denunciadas en el libro 'Esclavos, Los trabajadores costureros de la Ciudad de Buenos Aires'.

La investigación sobre la condición de esclavitud a la que son sometidos los inmigrantes bolivianos en los talleres clandestinos fue publicada por Ariel Lieutier, economista y subsecretario de Trabajo de la capital argentina entre 2006 y 2007. Desde la

función pública investigó entre 2006 y 2007 la vinculación entre la industria de la indumentaria y los talleres clandestinos y aportó documentación a las denuncias de la Defensoría del Pueblo contra la explotación que sufren los inmigrantes

bolivianos atraídos, en su mayoría, con engañosas promesas laborales.

La lista publicada por Lieutier, resultado de su investigación y de otras organizaciones sociales, incluye a Soho, Kosiuko, Puma, Topper, Adidas, Fila, Le Coq, Arena, Taverniti, Portsaid, Ona Saez y 47Street, entre las más conocidas.

Lieutier demuestra que apenas el 3 por ciento del precio final de venta de esas marcas llega al taller y menos del 2 por ciento retribuye al trabajador clandestino. "Este sistema de precios es el que condena a los talleres a la clandestinidad y a los trabajadores a un régimen de explotación que muchas veces raya la esclavitud", afirma Lieutier, actual director del Área de Trabajo y Empleo de la Sociedad Internacional para el Desarrollo, en Buenos Aires. El autor sostiene que en la capital argentina existen cinco mil talleres clandestinos que emplean a 30 mil trabajadores, pero se carecen de datos sobre el Gran Buenos Aires, cinturón urbano e industrial donde los controles son aún más débiles.

Lieutier afirma que por la carencia de datos extensivos a todo el país, es imposible "definir claramente la escala del problema del trabajo

esclavo en la industria de confección en Argentina".

Pero, "si podemos precisar su alcance: el trabajo esclavo es una forma de producción utilizada por empresas que comercializan sus productos en todos los segmentos del mercado", enfatiza.

Para Lieutier, la globalización y el neoliberalismo abonaron un sistema de explotación que desde "el cinismo" es condenado públicamente, aunque todos los eslabones de la cadena de comercialización, incluido el consumidor, lucran con su vigencia.

"Es necesario que las empresas, especialmente las más grandes, sean también partícipes en el desmonte de esta situación regresiva para la humanidad", completa el autor.

Las denuncias sobre el trabajo esclavo han sido impulsadas en los últimos años por la cooperativa La Alameda, que recientemente firmó un acuerdo con la cooperativa tailandesa Dignity Returns, fundada en 2003 por sus trabajadores a causa del cierre de la planta textil en que trabajaban y que fabricarán, en conjunto, miles de remeras con la marca "No Chains" (sin cadenas).

Fonte: http://www.solidaridad.net/articulo6236_enesp.htm - 28.05.2010

Los trabajadores migrantes, mano de obra de "usar y tirar" en Corea del Sur

En un informe publicado hoy, 21 de octubre de 2009, Amnistía Internacional afirma que, pese a la aprobación de normas que protegen sus derechos, en Corea del Sur numerosos trabajadores y trabajadoras migrantes sufren violencia física, son objeto de trata con fines de explotación sexual o no perciben sus salarios durante largos periodos.

La organización ilustra en el documento, de 98 páginas de extensión y titulado Disposable Labour: Rights of migrant workers in South Korea, que los trabajadores migrantes manipulan con frecuencia maquinaria pesada y sustancias químicas peligrosas en el trabajo sin haber recibido la formación necesaria ni disponer de equipos de protección, que están más expuestos a accidentes industriales, algunos de ellos mortales, y que reciben salarios inferiores a los de la mano de obra nativa del país.

"Los trabajadores migrantes son vulnerables al abuso y la explotación, fundamentalmente porque no pueden cambiar de trabajo sin permiso del empleador", explica Roseann Rife, directora adjunta del Programa Regional de Amnistía Internacional para Asia y Oceanía. "En ocasiones,

las condiciones laborales son tan deficientes que estos trabajadores huyen, con lo que pasan a encontrarse en situación irregular y, por tanto, pueden ser detenidos y expulsados del país".

Corea del Sur fue uno de los primeros países asiáticos en reconocer por ley los derechos de los trabajadores migrantes y en equiparlos a la población coreana en derechos laborales, salario y prestaciones.

Sin embargo, cinco años después de la entrada en vigor del Sistema de Permiso de Empleo, concebido para proteger mejor los derechos de los trabajadores y trabajadoras migrantes, muchas de estas personas siguen sufriendo dificultades y siendo víctimas de abusos.

En septiembre de 2008, se calculaba que había 220.000 trabajadores migrantes en situación irregular en el país.

El gobierno surcoreano prometió reducir esta cifra a la mitad antes de 2012, para lo que puso en marcha una campaña de represión masiva, y en ocasiones violenta, contra los trabajadores migrantes. De hecho, a veces se ha acusado a los agentes de inmigración y a la policía de emplear

fuerza excesiva contra ellos y de actuar al margen de la ley.

El informe de Amnistía Internacional demuestra que el gobierno surcoreano no ha hecho suficientes inspecciones en los centros de trabajo, en los que se registran elevadas tasas de accidentes, se ofrecen atención médica e indemnizaciones inadecuadas, y se llevan a cabo despidos injustos.

Amnistía Internacional ha entrevistado a trabajadores y trabajadoras migrantes que han descrito cómo sus empleadores los obligaban a cumplir largos horarios de trabajo y a trabajar de noche, sin pagarles las horas extras y reteniéndoles, con frecuencia, los salarios.

“A pesar de los avances experimentados con el Sistema de Permiso de Empleo, el ciclo de abusos y trato indebido continúa, y miles de trabajadores y trabajadoras migrantes se encuentran a merced de sus empleadores y de las autoridades, que no les tratan como es debido porque saben que tienen pocos derechos legales y que no pueden acceder a la justicia ni pedir indemnizaciones por los abusos”, explica Roseann Rife.

Las investigaciones de Amnistía Internacional ponen de manifiesto que las mujeres corren especial peligro de sufrir abusos. En varias ocasiones, empleadores y directivos han sometido a trata con fines de explotación sexual a trabajadoras empleadas como cantantes en bases militares estadounidenses, a las que a veces han destinado a la industria del sexo.

Amnistía Internacional conversó con mujeres víctimas de trata que afirmaron no haber tenido otra elección que continuar en sus puestos de trabajo, ya que debían dinero a sus empleadores y no sabían a dónde acudir en busca de ayuda. Si

huían, corrían el peligro de ser consideradas migrantes irregulares y expulsadas del país.

“Estas mujeres son doblemente víctimas: primero son objeto de trata, y luego, cuando intentan escapar de la explotación, pasan a ser consideradas migrantes ‘ilegales’ en virtud de la legislación surcoreana”, ha dicho Roseann Rife.

Amnistía Internacional insta al gobierno de Corea del Sur a:

- garantizar que los empleadores respeten, protejan y promuevan los derechos de los trabajadores migrantes por medio de rigurosas inspecciones laborales, para que el lugar de trabajo sea seguro, se facilite formación y se pague a los trabajadores migrantes de un modo justo y puntual;
- proteger y promover los derechos de todas las trabajadoras migrantes y erradicar el acoso y la explotación sexuales;
- permitir a los trabajadores migrantes irregulares permanecer en Corea del Sur, mientras buscan acceso a la justicia y esperan a que se les concedan indemnizaciones por los abusos sufridos a manos de sus empleadores;
- garantizar que, durante las redadas de inmigración, las autoridades se ciñan a la legislación surcoreana, en virtud de la cual deben identificarse, presentar una orden judicial, informar a los trabajadores migrantes de sus derechos y facilitar inmediatamente tratamiento médico a las personas bajo custodia que lo necesiten o lo soliciten.

Fonte: <http://amnistia.org.mx/contenido/2009/10/21/los-trabajadores-migrantes-mano-de-obra-de-usar-y-tirar-en-corea-del-sur/> - 21.10.2009

“Nos tratan como esclavos en Canadá” denuncian trabajadores mexicanos

Ciudad de México, martes 15 de junio de 2010.- La Central Campesina Cardenista (CCC) solicitó a las autoridades laborales del país velar por los derechos de 17 mil trabajadores agrícolas que se encuentran en Canadá.

El dirigente de la organización, Max Agustín Correa Hernández, sostuvo que hay evidencias de que los empleadores no respetan las garantías laborales de los connacionales, ante lo cual autoridades mexicanas deben tomar cartas en el asunto.

Refirió que en noviembre próximo autoridades de Canadá y México, así como empleadores de seis

provincias del país del norte se reunirán para revisar salarios y prestaciones de los trabajadores migrantes.

Consideró necesario que en ese marco México exprese un reclamo enérgico sobre las violaciones a los contratos colectivos de trabajo, despidos injustificados inapelables, la falta de acceso a la salud y la nula representación laboral en negociaciones contractuales.

En respaldo a trabajadores migrantes que se manifestaron frente a las oficinas de la embajada de Canadá en México, el líder campesino recalcó que es responsabilidad de las autoridades laborales velar por los derechos de ese sector,

mediante el Programa de Trabajadores Agrícolas Temporales que opera desde hace 35 años.

Sobre esa problemática Andrea Gálvez, de la Alianza de Trabajadores Agrícolas en Canadá, precisó que más de 17 mil personas laboran cada año en seis provincias de ese país principalmente en la siembra y cosecha de frutas y hortalizas, así como al cuidado de invernaderos.

Subrayó que la exigencia al embajador de Canadá en este país, Guillermo Rishchynski, es que su nación garantice el derecho a la justicia, a la igualdad, a la salud, a la no discriminación y a la libertad de asociación de todos aquellos que con su trabajo contribuyen al crecimiento del campo canadiense.

Se manifiestan trabajadores migrantes ante embajada de Canadá

Trabajadores agrícolas temporales que han acudido a Canadá en varias ocasiones, entregaron un documento en la embajada de ese país en México, para exigir respeto a sus derechos laborales y atención médica, entre otras peticiones.

Luego marchar desde la Torre Mayor hasta esa sede diplomática, los manifestantes realizaron un mitin, donde Andrea Gálvez, tesorera de la Alianza de Trabajadores Agrícolas, dio lectura a través de un megáfono a la carta dirigida al embajador Guillermo Rishchynski.

Señaló que los patrones canadienses se han aprovechado de la necesidad de los trabajadores mexicanos, mientras que el gobierno de Canadá ha sido omiso en hacer respetar sus propias leyes.

“Los campesinos migrantes vivimos con el temor diario de ser despedidos sin razón por exigir que

se respeten nuestros derechos por sufrir un accidente o padecer una enfermedad”, sostuvo.

También frente a la embajada tomó la palabra Bonifacio Santos Moreno, quien se inconformó de que los trabajadores migrantes no tienen acceso a la justicia en Canadá y que las autoridades de ese país sólo atienden las quejas de los patrones y nunca las de ellos.

Explicó que en su caso fue despedido sin justificación, por lo que acudió a los tribunales y cuando su asunto progresaba fue regresado a México y ya no le otorgaron visa para acudir a las audiencias más importantes.

A su vez, Pablo Meneses Cortés, también trabajador migrante, aseguró en entrevista que el derecho a la asistencia médica consagrado en el acuerdo de trabajadores temporales es en realidad una falacia.

Dijo que él sufrió un grave accidente de trabajo que lo obligó a volver a México e incluso a vender una casa para pagar el tratamiento porque el patrón y las autoridades canadienses no se hicieron cargo del asunto.

“Nos tratan como esclavos, no nos dejan ni hablar entre nosotros y hasta hay patrones que nos toman el tiempo que tardamos en ir al baño”, señaló tras considerar que después de 23 temporadas de trabajar en Canadá llegó a la conclusión de que “no vale la pena”.

Luego de unos minutos de permanecer frente a la embajada los manifestantes fueron atendidos por el ministro consejero José Herrán Lima, quien se comprometió a entregar el documento al diplomático.(Notimex)

Fonte: <http://www.mexicomigrante.com/?p=67582> -15.06.2010

CCOO edita guía de seguridad laboral para inmigrantes, los más vulnerables

Toledo, 15 jun (EFE).- Una guía sobre salud laboral en cuatro idiomas -español, francés, árabe y rumano-, editada por CCOO, servirá a los inmigrantes para conocer sus derechos y para prevenir los accidentes laborales, ya que son el colectivo más vulnerable pues sufren más marginación social, laboral, económica y cultural.

La coordinadora regional del gabinete de Salud Laboral, Medio Ambiente y Drogodependencias de CCOO, Raquel Payo, y el coordinador regional de los Centros de Información al Trabajador Extranjero (CITE) del sindicato, Francisco Corretje, han presentado hoy en una rueda de prensa la guía "Salud laboral sin fronteras".

CCOO distribuirá en la región 3.500 ejemplares de esta guía a través de las sedes del sindicato y de los CITE, así como a través de los cursos que ofrece en materia de salud laboral.

En los últimos años el número de trabajadores extranjeros ha aumentado en la región y el riesgo de sufrir un accidente laboral es mayor en su caso porque el mayor riesgo, ha dicho Payo, es el "desconocimiento", de hecho, entre los inmigrantes es mayor la tasa de accidentes laborales graves y mortales.

En 2009, de las casi 590.000 personas afiliadas a la Seguridad Social en la región, cerca de 69.500 eran extranjeras (11,8%), y en el primer trimestre

de 2010, de 580.000 afiliados, más de 70.000 son inmigrantes (12,2%).

De los 28.300 accidentes laborales registrados en la región en 2009, 3.554 los sufrieron trabajadores inmigrantes, esto es, el 12,5% del total, y en el primer trimestre de 2010, el 11,6% de los accidentes los han sufrido extranjeros, o sea, 696 inmigrantes de un total de 5.977 trabajadores.

Respecto a los accidentes in itinere en 2009, el 8,37% de los accidentes registrados los sufrieron trabajadores extranjeros, 171 inmigrantes de un total de 2.043 trabajadores.

La tasa de accidentes de trabajo por cada 100.000 trabajadores fue en la región de 4.807, mientras que entre los inmigrantes fue de 5.117, y en el primer trimestre de 2010 fue de 1.032 en la región, mientras que entre los inmigrantes fue de 983.

En la guía se explica en cuatro idiomas qué son los riesgos laborales, especifica los que conllevan trabajos concretos como el uso de plaguicidas, la manipulación de cargas, el riesgo que supone el

trabajo a destajo o los desplazamientos hasta el centro.

Incide en la prevención y especifica los derechos que tienen los trabajadores, así como las obligaciones de los empresarios y de los propios empleados.

Sobre la reforma laboral, y a preguntas de la prensa, Corretje ha señalado todavía no la conoce a fondo pero que no les afectará más que al resto de trabajadores porque los cambios se dirigen sobre todo a los contratos indefinidos y los trabajadores extranjeros tienen menos.

Los inmigrantes están afectados de manera especial por el desempleo, que es casi el doble, porque suelen trabajar en los sectores más afectados por la crisis: construcción, hostelería, agricultura y trabajo doméstico; además, en muchas ocasiones son los últimos en llegar y, por eso, los primeros en ser despedidos.

Fonte: <http://www.abc.es/agencias/noticia.asp?noticia=421229> - 15.06.10

Prossimi numeri della Rassegna MIGRAZIONI NELL'ATTUALITÀ:

- Settembre 2010 – Cultura: xenofobia / discriminazioni
- Dicembre 2010 – Migrazioni forzate: Rifugiati
- Marzo 2011 – Migrazioni Internazionali: leggi migratorie

Próximos números da Resenha MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE:

- Setembro 2010 – Cultura: xenofobia / discriminações
- Dezembro 2010 – Migrações forçadas: Refugiados
- Março 2011 – Migrações internacionais: leis migratórias

Next up dates our MIGRATION REVIEW:

- September 2010 – Culture: xenophobia / discriminations
- December 2010 – Forced migration: Refugees
- March 2011 – International Migration: laws

Próximos números de la Reseña MIGRACIONES EN LA ACTUALIDAD:

- Septiembre 2010 – Cultura: xenofobia / discriminaciones
- Diciembre 2010 – Migraciones forzadas: Refugiados
- Marzo 2011 – Migraciones Internacionales: leyes

Títulos da Resenha Migrações na Atualidade

1. BRASIGUAIOS
2. EMIGRAR - Opção ou necessidade
3. OS EXPULSOS DA TERRA
4. MIGRAÇÕES E TRABALHO
5. LEIS E MIGRAÇÃO
6. MIGRAÇÕES NORDESTINAS
7. JOVENS MIGRANTES
8. MIGRAÇÕES INTERNAS: Aspectos vários
9. DESEMPREGO
10. VÍTIMAS DO RACISMO
11. MORADIA: Direito de todos
12. FAVELAS: Migração da dignidade humana
13. FOME E MISÉRIA
14. LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO
15. A FAMÍLIA
16. TRABALHO ESCRAVO
17. SOS: Pequenos sem lar
18. REFUGIADOS
19. EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade
20. MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida
21. SEM – TERRAS
22. DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa
23. TERRA E MIGRAÇÃO
24. MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR
25. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO
26. CF /97 E AS MIGRAÇÕES
27. MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO
28. VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
29. PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE
30. DESEMPREGO EM ALTA
31. EDUCAR É PRECISO
32. SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES
33. ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL
34. SEM TRABALHO ... por quê?
35. DESAFIOS DA MIGRAÇÃO frente ao novo milênio
36. O MIGRANTE É VÍTIMA !...
37. REFUGIADOS: desafio à solidariedade
38. DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000
39. XENOFOBIA
40. TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna
41. CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalização
42. DROGAS, uma ameaça à VIDA.
43. MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
44. MIGRANTES e Conflitos armados
45. RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
46. POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
47. ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
48. IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
49. ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
50. PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
51. A MERCANTILIZAÇÃO DO SER HUMANO
52. EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
53. DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
54. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
55. MIGRAÇÕES: culturas e integração.
56. REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
57. TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
58. MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
59. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.
60. XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?
61. RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes
62. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas
63. POBREZA produz migração. Migração contrasta a pobreza?
64. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INTEGRAÇÃO
65. POVOS EM FUGA: os/as deslocados/as
66. CRIMINALIZAÇÃO DOS MIGRANTES E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: desafios
67. MIGRAÇÕES E TRABALHO: valorizar a contribuição e erradicar a exploração
68. MIGRAÇÕES E CULTURA: como superar a discriminação?
69. MIGRAÇÕES E REFÚGIO: a ambigüidade das estratégias de proteção
70. LEIS E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: direito a ter direitos:
71. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: qual o papel das remessas?
72. O PAPEL PROFÉTICO DAS RELIGIÕES junto aos migrantes
73. TRÁFICO DE PESSOAS: quais são as estratégias de combate?
74. CIDADE: lugar de encontro ou exclusão?
75. SER MIGRANTE EM TEMPOS DE CRISE
76. ENTRE ASSIMILAÇÃO e INTEGRAÇÃO
77. MUDANÇAS CLIMÁTICAS e REFUGIADOS AMBIENTAIS
78. AS MIGRAÇÕES GERAM VIOLÊNCIA OU REAÇÕES VIOLENTAS?
79. TRABALHADORES MIGRANTES: indispensáveis, mas sem direitos